

ENTRE AS EXIGÊNCIAS PASTORAIS E A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: A SANTA SÉ E A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O EXTERIOR, ENTRE O OITOCENTOS E NOVECENTOS

Roberto Sani

Università Degli Studi di Macerata, Italia



Resumo

Reunindo uma diversidade de fontes arquivísticas e imprensa aprofunda-se o papel exercido pela Santa Sé com relação à assistência e cúrias pastorais da emigração italiana no exterior, no período que vai da segunda metade do século 19 até o fim do Concílio Ecumênico Vaticano II e a época pós-conciliar. O texto documenta como, até os anos 1880, as intervenções promovidas pela Igreja italiana para a tutela dos emigrantes foram limitadas e revestidas, no conjunto, por um caráter episódico e marginal. A situação mudou sensivelmente no curso dos pontificados de Leão XIII e Pio X. Este último, em particular, se empenhou tanto na intensificação de iniciativas de obras de assistência e na centralização das políticas para apoio às curias pastorais dos migrantes, quanto no recrutamento e formação cultural e espiritual do clero destinado a animar a vida religiosa das comunidades de emigrantes italianos no exterior. O empenho a favor dos refugiados e dos prisioneiros de guerra exercido pela Santa Sé, nos anos da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para amadurecer, no interior da Igreja, uma sensibilidade maior e mudar, progressivamente, a atenção do problema da emigração italiana para aquele, mais complexo e de alcance universal, de todos que, não apenas por motivos econômicos, mas também por causas ligadas aos conflitos armados, às catástrofes naturais e perseguições, foram, e são ainda hoje, forçadas a abandonar os lugares de origem e a viverem distantes do próprio país: perseguidos, prisioneiros de guerra, refugiados, entre outros.

Palavras-chave: Igreja Católica, emigração, Cúria de Roma, Itália, Europa, América Latina, Estados Unidos.

BETWEEN PASTORAL NEEDS AND COMMITMENT TO PRESERVING THE NATIONAL IDENTITY: THE CHURCH AND THE ITALIAN EMIGRATION BETWEEN NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES

Abstract

On the basis of a plurality of archival and printed sources, the Author explores the role played by the Holy See in the assistance and pastoral care of the Italian emigrants abroad in the period from the second half of the nineteenth century to the Second Vatican Council and the post-council season. The Author documents how, at least until the second half of the eighties of the nineteenth century, the actions promoted by the Italian Church for the protection of the emigrants were very

limited and had, on the whole, an episodic and marginal character. The situation changed significantly during Leo XIII's and Pius X's pontificates. The latter, in particular, was committed not only in charitable initiatives and activities and in the centralization of the politics supporting the pastoral care of emigrants but also in the decisive field of the recruitment and cultural and spiritual education of the clergy intended to animate the religious life of the communities of Italian emigrants abroad. The commitment in favour of the refugees and the prisoners of war of the Holy See during the Second World War contributed to the development, within the Church, of a greater sensitivity and to the gradual shift of the focus from the Italian emigration to the more comprehensive and universal problem of all those who, not only for economic reasons, but also for reasons related to armed conflicts, natural disasters and persecution, were, and still are, forced to abandon their places of origin and live away from their country: asylum seekers, prisoners of war, refugees.

Keywords: Catholic Church, emigration, Roman Curia, Italy, Europe, Latin America, United States.

TRA ESIGENZE PASTORALI E IMPEGNO PER LA PRESERVAZIONE DELL'IDENTITÀ NAZIONALE: LA SANTA SEDE E L'EMIGRAZIONE ITALIANA ALL'ESTERO TRA OTTO E NOVECENTO

Sommario

Sulla scorta di una pluralità di fonti archivistiche e a stampa, l'articolo approfondisce il ruolo esercitato dalla Santa Sede in materia di assistenza e cura pastorale dell'emigrazione italiana all'estero nel periodo che, dalla seconda metà dell'Ottocento, giunge fino al Concilio Ecumenico Vaticano II e alla stagione postconciliare. L'articolo documenta come, almeno fino alla seconda metà degli anni Ottanta dell'Ottocento, gli interventi promossi dalla Chiesa italiana per la tutela degli emigranti furono assai limitati e rivestirono, nel complesso, un carattere episodico e marginale. La situazione mutò sensibilmente nel corso dei pontificati di Leone XIII e di Pio X. Quest'ultimo, in particolare, s'impegnò tanto sul fronte dell'intensificazione delle iniziative ed opere di assistenza e nella centralizzazione delle politiche a sostegno della cura pastorale dei migranti, quanto su quello - altrettanto decisivo - del reclutamento e della formazione culturale e spirituale del clero destinato ad animare la vita religiosa delle comunità di emigrati italiani all'estero. L'impegno in favore dei profughi e dei prigionieri di guerra esercitato dalla Santa Sede negli anni della seconda guerra mondiale contribuì a far maturare all'interno della Chiesa una sensibilità più larga e a spostare progressivamente l'attenzione dal problema dell'emigrazione italiana a quello, più complessivo e di portata universale, di tutti coloro che, non solamente per motivi economici, ma anche per cause legate ai conflitti armati, alle catastrofi naturali e alle persecuzioni, erano, e sono ancora oggi, costretti ad abbandonare i luoghi d'origine e a vivere lontano dal proprio paese: profughi, prigionieri di guerra, rifugiati ecc.

Parole-chiave: Chiesa Cattolica, emigrazione, Curia Romana, Italia, Europa, America Latina, Stati Uniti.

SITUATION ENTRE PASTORALE ET ENGAGEMENT POUR LA PRESERVATION DE L'IDENTITÉ NATIONALE: LE SAINT-SIÈGE ET L'ÉMIGRATION ITALIENNE ÉTRANGER ENTRE 19 ET 20 SIÈCLE

Résumé

En se fondant sur plusieurs sources d'archives et imprimées, l'A. approfondit le rôle exercé par le Saint-Siège dans l'assistance et le soin pastoral des émigrants italiens vivant à l'étranger de la deuxième moitié du 19^e siècle jusqu'au Concile Vatican II. Jusqu'au 1889 les interventions de l'Église italienne pour la sauvegarde des émigrants furent, dans l'ensemble, très limités, épisodiques et marginales. La situation changea sensiblement sous les pontificats de Léon XIII et Pie X. Ce dernier, en particulier, s'engagea sur plusieurs fronts: l'intensification des interventions et des oeuvres d'assistance; la centralisation des politiques de soutien pastoral aux émigrants italiens vivant à l'étranger; enfin le recrutement et la formation culturelle et spirituelle du clergé destiné à l'animation de la vie religieuse des communautés italiennes à l'étranger. Pendant la deuxième guerre mondiale, l'engagement du Saint-Siège pour les réfugiés et les prisonniers de guerre

contribua à étendre la sensibilité de l'Eglise du problème des émigrants italiens à celui, plus universel, de tous ceux qui - non seulement pour des raisons économiques, mais aussi pour fuir les guerres, les catastrophes naturelles et les persecutions, quittent leur pays pour vivre à l'étranger.

Mots-clé: Église Catholique, émigration, Curie romaine, Italie, Europe, Amérique latine, États-Unis.

Introdução

No princípio dos anos 1980, em uma contribuição dedicada ao papel exercido pela Igreja na assistência aos emigrantes italianos no Brasil, Gianfausto Rosoli sublinhava justamente como “a emigração das imponentes massas de trabalhadores no século passado” tivesse representado “para a Igreja um fato novo” e constituído “um estímulo para estabelecer sobre bases originais uma renovada universalidade a obra de uma pacífica dilatação do horizonte católico”, não deixando também de observar como o caminho percorrido sobre esse lado tivesse sido “historicamente nada fácil” (Rosoli, 1982, p. 225).

Os estudos sobre a história da emigração surgidos no curso dos últimos trinta anos (Franzina, 1989) contribuíram sem dúvida para esclarecer alguns aspectos e momentos significativos da obra exercida pela Igreja com relação a assistência e cúria pastoral aos emigrantes italianos no exterior (Rosoli, 1980; Rosoli, 1989; Rosoli, 1990; Rosoli, 1996). Ao mesmo tempo, a publicação de fontes inéditas e a imprensa sobre a atividade operada pelos organismos eclesiais encarregados pelas necessidades espirituais e materiais da emigração italiana, colocou as premissas para uma mais orgânica e aprofundada reconstrução das dinâmicas e estratégias que inspiraram o trabalho da Igreja nesse âmbito (Marcora, 1983; Tassello, Favero, 1985; Scalabrini, 1994; Tassello, 2001; Sanfilippo, 1995; Pizzorusso, Sanfilippo, 2002).

O que talvez permaneceu no fundo, e necessita então ser mais investigado e esclarecido em sede histográfica, é o específico papel que o magistério dos pontífices e as políticas implementadas pela Santa Sé exerceram em relação a emigração a cavalo entre o Oitocentos e o Novecentos, a compreensão que permite lançar nova luz sobre as escolhas de fundo e sobre as iniciativas colocadas em campo - na Itália e nos países de acolhimento dos emigrantes - pelo episcopado, pelo clero no cuidado das almas e pelos institutos religiosos, como também pelas associações de patronado de matriz católica dedicadas a assistência moral e material dos “filhos da miséria e do trabalho” (Scalabrini, 1887, p. 50), daqueles que abandonaram a Itália a procura de uma ocupação e melhores condições de vida.

Em relação a isso, em uma recente e importante contribuição de síntese dedicada a *Igreja, ordens religiosas e emigração*, Matteo Sanfilippo chamou justamente a atenção para a real e própria lacuna que ainda persiste nos estudos e nas pesquisas sobre tal tema:

Foi enquadrada a ação de bispos e congregações religiosas. Foi medida a colaboração entre associacionismo e clero católico. Foi sondado o universo das religiões operantes entre os emigrantes. Lembrou-se enfim que a Igreja católica forneceu sociabilidade e cultura de identidade. O estudo dessas últimas gerou análises sobre festas e procissões religiosas, sobre as associações paroquiais ou ligadas ao culto de santos padroeiros, sobre a rede de escolas e hospitais ligados a paróquias e missões, sobre os modelos comportamentais veiculados e impostos por essa dolorosa trama de lugares e momentos de encontro. [...] Na abundante produção recém lembrada permanece uma grave falha: faltam as pesquisas sobre o papel oficial da Santa Sé [...] em organizar a assistência e em mediar entre diocese de partida e de chegada. Sabemos muito sobre intervenções individuais ou atores individuais, mas conhecemos somente por somadas linhas a política oficial do papado. (Sanfilippo, 2009, p. 128-129)

O presente trabalho se propõe a percorrer as origens e os principais desenvolvimentos do magistério exercido pela Santa Sé a respeito da emigração italiana no exterior, com particular referência ao período compreendido entre a metade do século XVIII e a segunda guerra mundial, justamente na fase em que mais de 18 milhões de italianos deixaram a península para procurar sorte em outros países europeus ou no continente americano - Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos etc. - (Favero, Tassello, 1978; Rosoli, 1992).

A Igreja italiana e a questão da emigração na segunda metade do século XVIII: uma lenta tomada de consciência

As primeiras intervenções empreendidas pela Igreja a favor da assistência moral e religiosa dos italianos emigrados no exterior correspondem aos anos de 1840, muito antes, então, que os fluxos migratórios da península assumissem as dimensões maciças e o andamento crescente dos últimos 30 anos do século XVIII: Comissariado Geral da Emigração, 1926. É notável, a esse respeito, a obra para certos versos pioneira iniciada em Londres, em 1844, pela Sociedade do Apostolado Católico, o instituto religioso fundado em 1839, pelo sacerdote romano Vincenzo Pallotti, com a construção da igreja de S. Pedro tendo as características próprias da 'paróquia nacional', a qual era destinada a fornecer resposta as necessidades pastorais e de prática religiosa da conspícua comunidade italiana ali (Amoroso, 1962).

Bem conhecida é a empreitada iniciada algumas décadas mais tarde, em 1875, por dom Giovanni Bosco com o envio para a Argentina de alguns missionários salesianos, os quais, destinados em primeira instância a trabalhar para a conversão dos indígenas da Patagônia, sob explícita solicitação de Pio IX e do arcebispo de Buenos Aires, mons. Federico León Aneiros, se dedicaram com sucesso também a cúria pastoral e a assistência religiosa dos mais de 30 mil italianos imigrantes na capital e em outras localidades do país (Rosoli, 1987).

Poderia-se acrescentar que, no que diz respeito a Europa, "foram logo ativos, a partir de 1865, a favor dos emigrantes italianos também os Barnabiti em Paris, os Lazzaristi italianos e, no final do Oitocentos, os Dehoniani em Marselha e outros locais"; com referência aos Estados Unidos, ao invés, o início da assistência aos imigrantes italianos "data da iniciativa de san Giovanni Nepomuceno Neumann que instituiu na Filadélfia, em 1854, a primeira igreja nacional italiana, S. Maria Maddalena de' Pazzi, mais tarde regida pelos Serviti", enquanto "poucos religiosos e sacerdotes eram ativos a favor dos italianos de Nova York, de Nova Jersey e de Boston" (Rosoli, 2002, p. 1351).

Na realidade, pelo menos até a segunda metade dos anos Oitenta, as intervenções promovidas pela Igreja italiana sobre o tema da cúria pastoral e da assistência moral e material dos emigrantes foram muito limitadas e revestiram, no complexo, um caráter episódico e marginal. É sem dúvida compartilhável, a esse respeito, o julgamento formulado por Emilio Franzina sobre a falta de "iniciativas de qualquer peso capazes de configurar um conjunto de direções e orientações específicas que soubessem subtrair-se ao genérico e contraditório predomínio das ideias anti-emigracionistas correntes" (Franzina, 1975, p. 261).

Mais em particular, se tem a dizer que “a sensibilidade inicial da Igreja italiana, de frente a esse fenômeno maciço, era muito escassa em seu complexo” (Rosoli, 2002, p. 1353), como demonstraram não somente a falta de instituições específicas e de formas de coordenação sobre tal tema, mas também as escolhas e as orientações de fundo manifestadas de grande parte do episcopado e do clero em cuidado das almas a respeito do problema. Um rápido olhar nas cartas pastorais dadas a imprensa entre o Oitocentos e o Novecentos por bispos das dioceses da Itália setentrional, particularmente tocadas pelo fenômeno da emigração de massa (Rosoli, 1996; Franzina, 1984), mostra a escassa e sobretudo muito tardia atenção manifestada a respeito do problema, enfrentado diretamente e em modo específico somente no início do novo século e feito objeto, na maior parte dos casos, de avaliações de espécie moralista e de abordagens de sinal indiscutivelmente redutivo (Tramontin, 1989).

Assim, na carta pastoral do bispo de Verona mons. Bartolomeo Bacilieri editada em 8 de dezembro de 1900 com o título *Para o final do século XIX*, limitava-se a chamar a atenção para as múltiplas armadilhas que “uma chaga tão cancerosa causava a integridade da fé da população” (Bacilieri, 1900, p. 12); enquanto naquela publicada alguns anos mais tarde, em 1906, pelo bispo de Treviso mons. Andrea Giacinto Longhin não hesitava em denunciar a natureza perversa e cheia de consequências negativas daquilo que vinha definido “o extraordinário fenômeno da emigração [...] que também vai crescendo entre nós”, em virtude do qual, como sublinhava o prelado, “Homens adultos, jovens e crianças, mesmo meninas, seja por necessidade, seja por desejo de ganho, seja para gozar de uma liberdade que não podem ter sob o olhar atento dos pais, deixam o lar [...] e vão para países distantes, frequentemente protestantes e cismáticos para pedir trabalho. A quantos perigos sejam expostos [...] vos dareis conta infelizmente quando voltam para casa, porque vos trazem em paróquia a blasfêmia, a linguagem vulgar e as sementes de uma indiferença religiosa, que se aproxima muito a incredulidade” (Tramontin, 1989, p. 281)¹.

Quanto ao comportamento manifestado no mesmo período pelos párocos e pelo clero no cuidado das almas (Zanolo, 1980; Lazzarini, 1981; Perbellini, 1983), emblemático de certa dificuldade a fazer amadurecer uma maior e advertida sensibilidade pastoral a respeito dos fiéis que eram forçados a deixar a diocese para emigrar ao exterior é a carta pastoral do bispo de Vicenza mons. Ferdinando Rodolfi, o qual, ainda em julho de 1914, denunciava como a mobilização das estruturas pastorais diocesanas a favor dos emigrantes por ele promovida “infelizmente para algumas paróquias tivesse permanecido carta morta”: “Sentimos muito - concluía o prelado vicentino - porque tal deplorável fato nos induz a duvidar che algum padre não queira compreender que também os emigrantes são seus fiéis e que também para eles deve cumprir os gravíssimos deveres do próprio ministério pastoral” (Rodolfi, 1914, p. 193).

Mas os atrasos e as incertezas em colher as dimensões de massa do fenômeno migratório e o âmbito de seus reflexos sobre o plano religioso e social deveriam caracterizar também as organizações do movimento católico intransigente, enquadradas na Obra dos Congressos (De Rosa, 1953; Gambasin, 1958; Scoppola, 1979; Tramontin, 1980). O problema da emigração italiana no exterior, nesse propósito, foi largamente

¹ O texto da pastoral de mons. Longhin é conservado no Arquivo da Cúria episcopal de Treviso, b. *Circulares do bispo Longhin*, Circular de 10 de março de 1906.

debatido durante os primeiros Congressos católicos ocorridos em Veneza em 1874 e em Florença no ano sucessivo, e depois ainda, após uma longa pausa, naqueles celebrados durante os anos Noventa em Pavia (1894), Turim (1895), Fiesole (1896), Ferrara (1899) e Roma (1900), mas sem que as discussões, os votos expressos e os compromissos prospectados seguissem depois iniciativas e realizações concretas. Como detectou justamente Francesco Malgeri:

A partir do Congresso de Pavia em 1894 a Obra dos Congressos começou a tratar com certa continuidade a questão da emigração. [...] Deve ser, todavia, sublinhado que essas intervenções aos vários congressos não podem ser interpretadas como propostas orgânicas da Obra dos Congressos. Tratou-se, mais do que qualquer outra coisa, de recomendações dos vários oradores, acolhidas pelo congresso, mas não traduzidas em verdadeiras e próprias deliberações. Portanto, embora o comportamento da Obra pareça mais sensível ao problema respeito aos anos Oitenta, não se pode certamente individualizar na organização do catolicismo intransigente uma ação tendente a empurrar as instituições em direção a uma normativa mais eficaz a favor dos emigrantes. A causa dessa incapacidade deve ser individualizada não tanto na escassa atenção e sensibilidade para o fenômeno quanto na própria cultura do catolicismo intransigente do século XVIII, que impedia os homens da Obra de se fazerem promotores de propostas, indicações, sugestões ao Governo e ao Parlamento, de colaborar com as instituições na realização de uma legislação mais válida em relação a emigração. (Malgeri, 1989, p. 262-263)

Para fazer amadurecer no seio da Igreja e do catolicismo italiano uma maior e profunda consciência das dramáticas condições espirituais e materiais nas quais se encontravam os emigrantes italianos nos vários países europeus e no continente americano contribuíram sem dúvida as fortes denúncias formuladas, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos Oitenta, de algumas personalidades do episcopado particularmente sensíveis ao problema. É o caso, em particular, do bispo de Cremona mons. Geremia Bonomelli (Bellò, 1961; 1975; Marcora, 1983) e daquele de Piacenza mons. Giovanni Battista Scalabrini (Francesconi, 1985; Rosoli, 1989). Esse último, através da publicação de alguns escritos e da promoção de uma série de discursos e de conferências sobre o tema, forneceu uma contribuição fundamental para a sensibilização da opinião pública italiana e de amplos setores do mundo católico a respeito daquela que ele definia “a grande questão da emigração italiana” (Scalabrini, 1887, p. 201).

Em um folheto com o título *A emigração italiana na América: observações de Giovanni Battista Scalabrini*, bispo de Piacenza, impresso em 1887, ele havia apresentado um quadro dramático da situação de geral abandono na qual se encontravam os emigrantes italianos:

Eu vejo aqueles infelizes desembarcados em terra estrangeira, em meio a um povo que fala uma língua não entendida por eles, fáceis vítimas de especulações desumanas: vejo banhar com o seu suor e as suas lágrimas um sulco ingrato, uma terra que exala miasmas pestilentos, interrompidos pelo cansaço, desgastados pela febre, suspirar em vão ao céu da pátria distante e a antiga miséria da casa natal, e sucumbir finalmente sem que o lamento de seus queridos os console, sem que a palavra da fé mostre a eles o prêmio que Deus prometeu aos bons e aos infelizes. E aqueles que na luta rude pela existência triunfam, aqui estão, ohimé! Lá embaixo no

isolamento, esquecer de fato cada noção sobrenatural, cada preceito de moral cristã, e perder cada sentimento religioso, não alimentado pelas práticas da piedade, e deixar que os instintos brutais tomem o lugar das aspirações mais elevadas. (Scalabrini, 1887, p. 202)

E ainda:

De frente a um estado de coisas assim lacrimejantes, eu me fiz frequentemente a pergunta: como poder remediar? E todas as vezes que me acontece de ler em jornais alguma circular governativa que coloca as autoridades e o público em guarda contra as artes de certos especuladores, os quais fazem verdadeiras razias de escravos brancos para empurrá-los, cegos instrumentos de desejos gananciosos, longe da terra natal com a miragem de fáceis e lautos ganhos; e quando as cartas de amigos ou de relações de viagens observo que, a pária dos emigrantes são os italianos, que os trabalhos mais covardes, embora se pode ter covardia no trabalho, esse é exercido por eles, que os mais abandonados, e portanto os menos respeitados, são os nosso compatriotas, que milhares e milhares de nossos irmãos vivem quase sem defesa da pátria mãe, objeto de prepotência muito frequentemente impune sem o conforto de uma palavra amiga, então, confesso, a chama da vermelhidão me sobe ao rosto, me sinto humilhado na minha qualidade de sacerdote e de italiano. (Scalabrini, 1887, p. 203)

Estranho a respeito das orientações anti-emigracionistas que caracterizavam amplos setores do episcopado e do clero italiano, eram provavelmente a origem da carente atenção que tais ambientes tinham reservado até aquele momento ao problema, mons. Scalabrini considerava o recurso da emigração por parte das faixas mais pobres e negligenciadas da população como uma dramática necessidade ditada pelas condições de miséria e de abandono nas quais essas se encontravam:

A emigração - escrevia o bispo de Piacenza - é um fato natural, providencial. É uma válvula de segurança dada por Deus a essa sociedade perturbada. [...] A emigração quase na totalidade dos casos não é um prazer, mas uma necessidade inelutável. Sem dúvida entre os emigrantes existem também sujeitos ruins, vagabundos e viciados: mas esses são o menor número. A imensa maioria, para não dizer a totalidade daqueles que expatriam, para ir até a distante América, não são desta índole; não fogem da Itália por repugnância ao trabalho, mas porque esse lhes falta e não sabem como viver e manter a própria família. (Scalabrini, 1887, p. 201)

Daqui o urgente pedido de um forte compromisso da Igreja e dos católicos italianos para a assistência espiritual e material daqueles que, forçados pela miséria e pelo desespero, eram empurrados a abandonar a Itália e procurar sorte no exterior. No discurso sobre o tema *A emigração dos operários italianos*, dado aos participantes do XVI Congresso Católico Italiano de Ferrara em abril de 1899, a respeito disso, mons. Scalabrini se expressava assim:

Mas quem poderia descrever, ó senhores, os perigos aos quais vão ao encontro os nossos pobres emigrantes em ordem a vida religiosa? [...] Extraviam o sentimento de nacionalidade, e com ele, coisa que aperta o coração, em pensar, o sentimento da Fé católica, caem vítimas da propaganda protestante, vítimas infelizes de seitas, lá mais que em outros lugares ativas e numerosas. Ah! Senhores, permitam a um Bispo chorar a

frente de vocês tanta desgraça! A privação daquele pão espiritual que é a palavra de Deus, a impossibilidade de reconciliar-se com Ele, a falta do culto e de cada estimulação ao bem, exercida, ó senhores, uma influência mortífera sobre a moral do povo. [...] Onde tacha cada sensível aparelho religioso, ele pouco a pouco esquece os seus deveres relativos a Deus, e a vida cristã em seu espírito definha e morre. (Scalabrini, 1899, p. 295)

Em frente a tal dramática situação, não era suficiente, dito pelo bispo de Piacenza, limitar-se a denunciar a fuga e as graves inadimplências do Estado liberal, mas necessitava mobilizar a inteira comunidade eclesial em torno a um projeto articulado e complexo, capaz de incidir sobre as diversas dimensões do problema e de colocar remédio às graves críticas que os processos migratórios desencadeavam na vida de indivíduos e das comunidades:

Mas sanando as chagas que afligem a emigração italiana - concluía mons. Scalabrini -, as leis, ó Senhores, não bastam, porque algumas dessas chagas são a própria natureza, inerente a emigração, outras derivam de causas remotas que fogem ao controle das leis, e também às melhores leis do mundo e com os agentes dessa, numerosos e perfeitos, não se chegaria a extirpar aqueles males. [...] É aqui, ó Senhores, que deve começar a obra das classes dirigentes, aqui onde aquela das leis e do governo termina. Em qual modo? Estudando primeiro e discutindo o grande problema da emigração, fazendo entrar (e é esta a oração que envio aos chefes do movimento católico), como parte viva da ação dos comitês regionais, diocesanos e paroquiais, essa que diz respeito ao bem religioso, econômico e civil de nossos tantos infelizes irmãos recolhendo a eles subsídios vantagem, desencorajando energicamente a emigração quando se reconhece desastrosa, defendendo-a das emboscadas e dos contratos dolosos, cercando-a em suma de todas aquelas ajudas religiosas e civis que valham a pena para torná-la forte contra os inimigos, compacta e quase eu disse, invencível, porque a segurança de cada um se torna a segurança de todos. (Scalabrini, 1899, p. 301)

Em vista de quanto viemos dizendo até esse momento, não parece nada surpreendente a decisão tomada em fevereiro de 1887 pelo mesmo mons. Giovanni Battista Scalabrini de dar vida a uma congregação religiosa, os Missionários de São Carlos (Scalabrini, 1887, AGS / BA 01-02-04 a,b,c agora editada em Terragni, 2014; Borzomati, 1989) - aos quais poucos anos mais tarde, em 1895, teriam se aproximado as Freiras Missionárias Scalabriniane (Martini, AGS, 103/8; AGS, 103/7; Signor, 1989) - “para a assistência espiritual dos italianos emigrados nas Américas” - cujo escopo primário teria sido aquele “de manter viva no coração dos nossos compatriotas emigrados a fé católica e de procurar quanto é possível seu bem-estar moral, civil e econômico” (Scalabrini, 1888, AGS / DE 22-04-07 b; agora editado em Terragni, 2014, p. 201).

Em 1889, sobre o rastro da análoga associação fundada na Alemanha por P.P. Cahensly nel 1871, St. Raphaelsverein, mons. Scalabrini constituía também em Piacenza uma sociedade laica de patronado, mais tarde denominada Società San Raffaele, cujo objetivo teria sido aquele de tutelar os emigrantes nos portos de partida e de chegada - Gênova, Nova York, Boston etc. - e durante as viagens transoceânicas, fornecendo a eles as informações e a assistência necessária (Stibili, 1989).

Do mesmo modo, em maio de 1900, mons. Geremia Bonomelli aparecia entre os promotores, em Cremona, da *Obra de assistência para os italianos emigrados na Europa e no Levante*, posteriormente indicada mais brevemente como *Opera Bonomelli* (Bellò, 1966), cujo escopo era aquele de fornecer assistência material e religiosa aos emigrantes italianos na Europa e no Levante: “Vós - escrevia Bonomelli a Scalabrini em abril de 1900 - os *Emigrantes estáveis*, eu os *Emigrantes temporários* na Europa, com meios diferentes” (Marcora, 1983, p. 358). A associação, diretamente até sua morte (1914) do mesmo bispo de Cremona e caracterizado da presença e colaboração de pessoal eclesiástico e laico (Prato, 1901; Roberti, 1905), ao longo de poucos anos conseguiu realizar uma ampla rede de missões e de secretariados na França, Suíça, Bélgica e Alemanha e dar vida a numerosas iniciativas e obras assistenciais a favor dos imigrantes italianos (Bellò, 1971; Rosoli, 2002).

Encarregar-se da infeliz e lamentável [...] condição que aqueles que cada ano emigram em massa da Itália rumo as regiões da América: as estratégias e o trabalho da Santa Sé durante o pontificado de Leão XIII (1878-1903)

Foram justamente as alarmadas denúncias e as constantes solicitações avançadas não somente de personalidades eclesiásticas da península como mons. Bonomelli e mons. Scalabrini, mas também dos episcopados dos países europeus e do continente americano transformados em destino dos principais fluxos migratórios para despertar nos pontífices e no seio da cúria romana uma mais aguda consciência das dramáticas condições espirituais e materiais nas quais se encontravam os emigrantes italianos e da consequente necessidade de predispor formas de sensibilização e estratégias de intervenção a altura do desafio.

Em fevereiro de 1887, a esse respeito, respondendo a uma carta enviada a ele pelo mons. Giovanni Battista Scalabrini, na qual o bispo de Piacenza denunciava as condições de verdadeiro abandono espiritual e religioso em que se encontravam milhares e milhares de italianos emigrados na América (Scalabrini, 1887, AGS / BA 01-02-04 a,b,c.; agora editada em Francesconi, 1969, o card. Giovanni Simeoni, prefeito da S. Congregazione de Propaganda Fide, mostrava estar plenamente consciente da gravidade do problema e fornecia algumas indicações interessantes a respeito das características e aos limites das intervenções iniciadas até aquele momento sobre tal aspecto:

Chegou muito bem-vinda - escrevia o card. Simeoni - a carta de S.V. na qual fala dos emigrantes italianos na América. Também estou profundamente dolorido das tristes condições em que se encontram. As relações restabelecidas a essa S[agrada] C[ongregação] dos Arcebispos de Nova York, Nova Orleans, e dos Padres do III Concílio plenário de Baltimore dão uma ideia muito desencorajadora do estado espiritual e religioso deles. Não é aqui necessário que eu lhe exponha também sumariamente as informações ruins obtidas, porque as sabe o suficiente. Só não omito de notar, que essa S[agrada] C[ongregação] não deixou de fazer tentativas para estabelecer comitês de socorro a favor dos emigrantes italianos: mas infelizmente os esforços feitos até agora não surtiram resultados satisfatórios [...] Se encontra atualmente em Roma Mons. Ireland Bispo de S. Paulo nos Estados Unidos da América o qual se mostrou muito disposto a colocar sua obra, para que se constitua um Comitê, que cuide dos interesses religiosos e também temporariamente dos emigrantes italianos. Pensava-se em atuar nesse projeto quando muito

oportunamente chegou sua carta. Apressei-me em referir a coisa ao S. Padre, ao qual agrada a sua iniciativa e a sua proposta (Simeoni, 1887; agora parcialmente reproduzida em *A sociedade italiana de frente às primeiras migrações de massa. A contribuição de Mons. Scalabrini e de seus primeiros colaboradores a tutela dos emigrantes*, 1968, p. 227; Ireland, 1887, AGS / BA 01-02-01 c)

A proposta cuja se faz referência na carta era aquela formulada pelo mons. Giovanni Battista Scalabrini no, já muitas vezes recordado, *Projeto de uma Associação com escopo de prover as necesssidades espirituais dos italianos emigrados nas Américas*, o qual teria sido acolhido com algumas modificações e precisações por parte de Leão XIII, persuadido pela susbtancial bondade do desenho perseguido pelo bispo de Piacenza (*Promemoria “Ex audientia SS.mi”*, Roma 26 de junho de 1887, in AGS / BA 01-02-01c; reproduzido em Francesconi, 1969, p. 37)², mas preocupado, ao mesmo tempo, com a hipótese, por estes formulada, de uma colaboração com as associações laicas empenhadas na assistência aos migrantes, dentre todas, primeiro a Associação Nacional para o Socorro dos Missionários Italianos (ANSMI), o soldalício direto do prof. Ernesto Schiaparelli (Confessore, 1976, p. 239-267; Ead., 1989, p. 519), julgado pela Santa Sé por sentimentos liberais e “muito independentes do clero”, com o qual, portanto, não era possível estabelecer nenhum tipo de ligação e conexão (Jacobini, 1887, AGS / BA 01-03-10b; agora reproduzida em Francesconi, 1969, p. 41)³.

Nos meses imediatamente sucessivos, abandonada a hipótese de uma colaboração com a Associação Nacional para o Socorro dos Missionários Italianos - Ansmi -, mons. Scalabrini tornava a solicitar a aprovação definitiva de seu projeto por parte da Santa Sé (Terragni, 2014). Em 7 de novembro, com esse propósito, ele encontrava em Roma o secretário da Sagrada Congregação de Propaganda Fide mons. Jacobini, com o qual predispunha uma nova versão do projeto para submeter a aprovação de Leão XIII:

1. - Reputaria-se oportuno - se afirmava na nova versão do documento - erigir na Itália um Instituto de sacerdotes que sob um regulamento a aprovar-se pela Propaganda se dispusessem por algum tempo a ir até os emigrantes na América permanecendo para assistí-los por ao menos cinco anos. Eles deveriam colocar-se a disposição dos Bispos para o escopo dito e deles receberiam as faculdades necessárias. O Bispo de Piacenza tem prontos os meios para prover a casa do Instituto, o resto se teria de

² “O S. Padre - lê-se no pró-memória relativo a audiência concedida pelo pontífice Leão XIII ao secretário da Sagrada Congregação de Propaganda Fide mons. Domenico Jacobini em 26 de junho de 1887 - ordenou que se convide Mons. Scalabrini Bispo de Piacenza a ir para a América por algum tempo com o escopo de prover sob sua direção a assistência dos emigrados italianos por meio de sacerdotes mandados por aqueles Bispos da Itália que poderiam fornecer; se prevejam porém os Bispos das duas Américas que a necessidade de prover o que é preciso para a emigração moveu a S.Sé; que essa pretende dar ao Bispo de Piacenza plenos poderes, mas não em modo absoluto. Deseja conhecer aquelas limitações que os Bispos sugerirão, para calculá-las” (*Pró-memória Ex audientia SS.mi*, Roma 26 de junho de 1887, em AGS / BA 01-02-01c; reproduzido em *Inícios da Congregação Scalabriniana (1886-1888)*, editado por M. Francesconi, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1969, p. 37).

³ A respeito, se vê a carta enviada pelo secretário da Sagrada Congregação de Propaganda Fide mons. Domenico Jacobini ao mons. Scalabrini em 6 de julho de 1887, na qual, também em nome do prefeito do mesmo dicastério pontifício, card. Simeoni, se afirmava “Procure no entanto de não misturar em algum modo esta tratativa com o Comitê nacional para ajuda as missões italianas [*sic!*] que não foi aprovado pela Propaganda e não goza o seu favor” (em AGS / BA 01-03-10b; reproduzida em *Inícios da Congregação Scalabriniana (1886-1888)*, editado por M. Francesconi, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1969, p. 41-42).

oblações. 2. - Se acreditaria suspender a determinação de expedir para a América um Bispo para conhecer as condições dos emigrantes e as suas necessidades, sendo que esses para aquilo que compete aos Estados Unidos e o Brasil são em grande parte conhecidos, e seria fácil conhecer com a correspondência com os Bispos a necessidade daqueles que estão em outros Estados da América. Portando se proporia a ideia de uma carta circular aos Bispos de diversas regiões perguntando a eles as informações faltantes, declarando que o S. Padre com o desejo de remediar quanto for possível os males da emigração convida os Bispos italianos a enviar lá alguns piedosos e zelosos sacerdotes para ajudá-los: que ao final de prepará-los para esta difícil missão se construa uma casa na diocese de Piacenza e que de lá partiriam para colocar-se a disposição dos ordinários; que estes tendo necessidade de Sacerdotes poderiam dirigir-se a Propaganda, que pediria ao Instituto dito acima. 3. - Para os Bispos do Brasile se deveria acrescentar que deem diretamente as faculdades a estes Missionários sem fazê-los depender dos párocos e dos vigários indígenas separando também se necessário o território dos italianos do resto da paróquia [...] Escrever uma carta ao Bispo di Piacenza na qual se aprova o novo Instituto que se abrirá, acrescentando ser desejo de S. Santidade, que os Bispos italianos permitam àqueles Sacerdotes que mostrem as vocações para dedicar-se as missões dadas e de entrar no dito Instituto 4. - Instituir na América alguma casa central destes Missionários para esperar por missões volantes entre os emigrados muito distantes dos outros e para quais poderiam encontrar-se sacerdote fixo. (Scalabrini, 1887, AGS / BA 01-04-06; reproduzido em Francesconi, 1969, p. 53)

Na audiência concedida ao mesmo mons. Scalabrini em 13 de novembro, o pontífice se mostrava plenamente satisfeito com a nova versão do projeto, ao ponto que, escrevendo ao mons. Geremia Bonomelli logo após o colóquio com Leão XIII, o bispo de Piacenza, geralmente extremamente prudente em suas avaliações, manifestava um cauto otimismo a respeito do êxito final do caso: “Se o diabo não colocar os chifres - ele escrevia -, parece que a coisa se coloque bem. Seja agradecido ao Senhor” (Marcora, 1983, p. 226).

Em 15 de novembro, mons. Jacobini notificava ao bispo de Piacenza a aprovação da parte do pontífice “do Instituto de sacerdotes em Piacenza por ele proposto” (Jacobini, 1887, AGS / BA 01-04-07; Terragni, 2014, p. 77). Com distância de dez dias, em 25 de novembro de 1887, acolhendo um dos pedidos formulados no projeto, Leão XIII enviava ao mons. Scalabrini o breve *Libenter agnovimus*, no qual, enquanto de um lado exprimia a própria aprovação convicta pela escolha do bispo de Piacenza em dar vida em sua diocese a uma casa de sacerdotes destinados a cuidar da assistência religiosa dos emigrados italianos na América, do outro sublinhava com força a verdadeira e própria centralidade que o compromisso empenhado com as necessidades espirituais dos emigrados revestia a Sede Apostólica:

Foi bem recebida a notícia - escrevia o pontífice - que tomou a nobre decisão de dar vida, na sede Episcopal, a um instituto de eclesiásticos que mostrem a decidida intenção de transferir-se para territórios distantes, especialmente da América, para levar o apoio do sagrado ministério a multidão de católicos italianos que, impulsionados pela necessidade de emigrar para fora da pátria, se estabeleceram naquelas regiões. Nós que, pela força do Ofício apostólico, temos particularmente no coração a

salvação das almas e, conseqüentemente, sentimos o dever de promover com empenho o que serve para dar uma resposta às necessidades espirituais dos fiéis, consideramos, Venerável Irmão, que a tua nobre decisão seja de extrema utilidade; por isso apreciamos em modo inestimável a ardente caridade daqueles que, por amor de Cristo, querem consagrar-se a essa santa obra. Estamos certos que os Bispos Italianos, pela ligação profunda a religião que os distingue, favorecerão a iniciativa e, se alguns sacerdotes de suas dioceses desejarem dedicar-se a esse ministério, darão aprovação a sua generosa escolha e, se possível, a sustentarão com plena abertura de ânimo. (Leo P. XIII, 1887, p. 305; agora traduzida em Terragni, 2014, p. 79)

No mesmo 25 de novembro de 1887 a Sagrada Congregação de Propaganda Fide, acolhendo a outro pedido formulado no projeto feito para vir ao pontífice pelo mons. Scalabrini, tornava conhecida com uma circular aos bispos italianos, àqueles estadunidenses e brasileiros e aos núncios, internúncios e delegados apostólicos que trabalhavam no Mundo Novo a constituição em Piacenza da casa para os missionários dos emigrantes (Circular, Roma 25 de novembro de 1887, ASPF, na Congregação para a Evangelização dos Povos (Cidade do Vaticano), Colégios da Itália, Piacenza, f. 1390)⁴.

A frente de tal tomada de posição da Santa Sé, de qualquer modo, a escassa colaboração registrada entre as unidades do episcopado italiano e, em particular, as verdadeiras e próprias resistências encontradas em uma parte extremamente significativa daquele latino-americano eram destinadas a suscitar uma crescente preocupação em mons. Scalabrini. No início de dezembro de 1888, como este propósito, o bispo de Piacenza manifestava ao card. Simeoni o próprio desconforto pelas crescentes dificuldades interpostas de não poucos bispos da península a pedido de seus sacerdotes para empenhar-se na cúria pastoral dos italianos emigrados na América:

Os aspirantes - escrevia mons. Scalabrini - não faltariam, mas não todos os Bispos se encontram a altura de sua missão, esquecendo tantas centenas de milhares de almas, que morrem, entre as quais cada um conta um bom número, e opondo-se a que qualquer sacerdote concorde em ajudá-las. Que nunca é para uma Diocese como as nossas, um padre a mais ou a menos! Oh E.mo, quanta mesquinaria com nosso Senhor. (Scalabrini, 1888, AGS / BA 01-17-06; Francesconi, 1969, p. 137)

Poucos meses antes, em setembro de 1888, o bispo de Piacenza tinha sinalizado ao mesmo prefeito da Sagrada Congregação de Propaganda Fide as dificuldades encontradas no Brasil pelos primeiros missionários do Instituto (Francesconi, 1969) enviados naquele país para fornecer assistência religiosa aos emigrantes italianos:

Aqueles [os missionários] enviados a Nova York - escrevia mons. Scalabrini - já conseguiram abrir uma Igreja lá, modesta sim, mas completamente independente e muito frequentada. Aquele Excelentíssimo Arcebispo me escreve estusiasmado pela obra. [...] Alguns outros Missionários por mim enviados ao Brasil, eis as notícias. Aqueles desembarcados em Curitiba foram acolhidos daqueles colonos com as demonstrações de alegria mais viva. Eles se colocaram logo a obra [...]. Não posso dizer nada ainda dos três desembarcados no Rio de Janeiro. Pela Prov. Do Espírito Santo, não sendo ainda chegados ao seu destino.

⁴ ASPF: Arquivo Histórico de Propaganda Fide.

Sei que o colóquio tipo por eles com o Bispo do Rio não foi muito atraente e encorajador. Os acolheu dizendo: que a sua missão era muito, mas muito difícil, que nada seria obtido, que da sua parte teria mandado embora com prazer todos os italianos, que por causa deles não queria atingir os Vigários, e outros elogios parecidos. Aos Missionários condeceu, todavia, faculdade de celebrar, pregar, confessar, administrar o Viático e a Extrema-Unção para todo o ano de 1889. Quanto os matrimônios e os Batismos *ad nutum parochorum*. (p. 123)

Daqui o urgente pedido formulado pelo mons. Scalabrini ao card. Simeoni de uma direta intervenção do pontífice a respeito do episcopado americano a tutela da atividade dos missionários para os emigrantes:

Duas coisas em minha opinião - escrevia ainda o bispo de Piacenza - são indispensáveis: 1º que o S. Padre publique a carta aos Bispos da América [...]; 2º que, conforme estabeleci desde o princípio a S. Congr[egação] de Propaganda, se expeça uma carta aos Bispos do Brasil, ordenando a eles de separar os territórios habitados pelos colonos italianos das jurisdições paroquiais, a fim de que os nossos sejam livres no exercício de seu sagrado Ministério. (Scalabrini, 1888, AGS / BA 01-14-04; reproduzida em Francesconi, 1969, p. 129)

Coloca-se nesse cenário a publicação, em 10 de dezembro de 1888, da carta apostólica *Quam aerumnosa* endereçada por Leão XIII aos bispos do continente americano, com a qual a Santa Sé manifestava, pela primeira vez em modo direto e incontestável, a vontade de assumir a direção e a coordenação das iniciativas para a assistência religiosa aos emigrantes. O texto do documento pontifício, que retomava, seja somente em parte as sugestões e as propostas formuladas pelo mesmo mons. Scalabrini, iniciava com uma lúcida e apaixonada ilustração das graves condições materiais e espirituais nas quais se encontravam as populações migrantes:

Veneráveis Irmãos, saúde e Apostólica Benção. Quão infeliz e desaventurada seja a condição daqueles que todo ano emigram em massa da Itália rumo a regiões da América para procurar meios de subsistência, é assim conhecido a vós que não é o caso de insistir da parte Nossa. Aliás, vós vedes de perto os males dos quais eles são oprimidos e que foram por muitos de vós lembrados com dor em frequentes cartas a Nós enviadas. É deplorável que tantos miseráveis cidadãos italianos, obrigados pela pobreza a mudar de pátria, incorram frequentemente em angústias mais graves daquelas cujas quiseram fugir. E frequentemente, as fadigas de vários gêneros com que se consoma a vida do corpo, se acrescenta a ruína das almas, muito mais funesta. A primeira travessia dos emigrantes é cheia de perigos e de sofrimentos; muitos de fato se encontram com homens ávidos, dos quais se tornam quase escravos e, estivados como rebanhos nos navios, e tratados em modo desumano, são lentamente empurrados a degradação de sua própria natureza. Quando depois atacam nos portos previstos, desconhecedores da língua e do ambiente, são encarregados do trabalho cotidiano e se encontram expostos as insídias dos especuladores e dos potentes aos quais eram submetidos. Aqueles que depois com o próprio espírito de iniciativa conseguiram ganhar o suficiente para o próprio sustento, vivendo, todavia, entre quem não pensa a outra coisa que a necessidade e vantagem própria, abandonam pouco a pouco os nobres sentidos da natureza humana e aprendem a conduzir a própria vida de quem orientou todas as esperanças

e todos os projetos rumo a terra. Daqui frequentemente derivam os estímulos do desejo e os enganamentos das seitas, que lá secretamente atacam a religiosidade indefesa e arrastam muitos para a estrada que conduz a perdição. Entre esses males, certamente o mais doloroso consiste no fato que, em meio a uma tão grande multidão de homens, em tanta vastidão de territórios, e em difíceis condições ambientais, não é fácil que os emigrantes se encontrem próximo como seria justo, a saudável assistência dos ministros de Deus, os quais, conhecendo a língua italiana, possam transmitir a sua palavra de vida, administrar os Sacramentos, levar aqueles socorros oportunos pelos quais a sua alma seja elevada a esperança dos bens celestiais e a sua vida espiritual seja sustentada e fortificada. Por isso em tantos locais são muito raros aqueles que, a ponto de morrer, sejam assistidos por um sacerdote; não são raros os neonatos aos quais falta o sacerdote que os batize; são muitos aqueles que contraem matrimônio sem manter algum vínculo com as leis da Igreja, por isso a prole cresce semelhante aos pais e assim são feitos grupos sociais e os costumes cristãos são cancelados no abandono e se desenvolvem péssimos comportamentos. (Leo P. XIII, 1888, p. 258-260; traduzida em Terragni, 2014, p. 213)

Mesmo o aumento da consciência da situação de abandono espiritual e de grave desconforto moral que caracterizava “uma tão grande multidão de homens” (Leo P. XIII, 1888, p. 258-260; traduzida em Terragni, 2014, p. 215), precisava Leão XIII, tinha empurrado a Sede Apostólica a encarregar-se da cúria e da salvaguarda das “inúmeras almas privadas de conforto da religião católica” (Leo P. XIII, 1888, p. 258-260; traduzida em Terragni, 2014, p. 215). E, todavia, essa urgente e indispensável obra pastoral exigia e mais ampla solícita colaboração - “Nos alegra a esperança que não nos virá a faltar nunca o vosso empenho e a vossa colaboração” (Leo P. XIII, 1888, p. 258-260; traduzida em Terragni, 2014, p. 214) - daqui a necessidade de uma total participação dos próprios episcopados dos países de acolhimento dos imigrantes:

Refletindo sobre tudo aquilo e deplorando a mísera sorte de tantos homens, que como rebanhos privados de pastor vemos errar por locais íngremes e hostis, e juntos lembrando a caridade e os ditames do eterno Pastor, consideramos Nosso dever dar a eles toda a ajuda possível. [...] Porque a causa principal dos males crescentes está no fato que àqueles infelizes falta assistência sacerdotal que administra e acrescenta a graça celeste, decidimos enviar lá numerosos sacerdotes da Itália, os quais possam confortar os seus conterrâneos com a língua conhecida, ensinar a doutrina da fé e os preceitos de vida cristã ignorados ou esquecidos, exercitar junto a eles o saudável ministério dos Sacramentos, educar os filhos a crescer na religião e com sentimentos de humanidade, fazer bem enfim a todos, de qualquer grau, com a palavra e com a ação, assistir todos segundo os deveres da missão sacerdotal. E a fim de que isso possa se cumprir mais facilmente, com Nossa carta sob o anel do Pescador de 15 de novembro do ano passado instituíamos o Apostólico Colégio dos Sacerdotes junto a sede episcopal de Piacenza, sob a direção do venerável Irmão Giovanni Batista Bispo de Piacenza, onde possam vir da Itália os eclesiásticos que animados pelo amor de Cristo, queiram cultivar aqueles estudos, exercer aquelas funções e aquela disciplina com a qual possam com ardor e com sucesso ir em missão em nome de Cristo, junto aos distantes cidadãos italianos, e tornar-se eficazes dispensadores dos mistérios divinos. Entre os discípulos daquele Colégio que queríamos que fosse como um seminário de ministros de Deus para a saúde dos italianos

que vivem na América gostaríamos que fossem acolhidos e educados também os jovens provenientes de vossos Países, nascidos de pais italianos, [...] de modo que depois, fortalecidos pelo sacerdócio e retornados lá, sob a vossa autoridade pastoral possam desenvolver aquelas funções do ministério apostólico das quais se tenha necessidade. Não duvidamos de fato que ao seu retorno eles serão recebidos por vós com caridade paterna e que obterão as oportunas faculdades de exercer o sagrado ministério junto aos seus conterrâneos depois de ter advertido o pároco; de fato eles virão a vós como tropas, auxiliares a fim de que, sob a autoridade de cada um de vós, em cuja diocese estarão, se dediquem a sagrada miícia. [...] Por isso consideramos uma ótima iniciativa se nas dioceses que contam com um maior número de imigrantes da Itália, se constituíssem internatos de sacerdotes que, saindo de lá percorram as regiões circunstantes e as cultivem com sagradas expedições. Caberá depois a vossa sabedoria distinguir em que modo e em quais locais se possam oportunamente fixar aqueles domicílios [...] Dessa iniciativa que começamos para o cuidado e a salvaguarda de inúmeras almas privadas de qualquer conforto da religião católica, nos reprometemos copiosos frutos. (Leo P. XIII, 1888, p. 258-260; traduzida em Terragni, 2014, p. 214)

Na realidade, na carta apostólica *Quam aerumnosa*, a cautela e a preocupação da Santa Sé em salvar o papel e as prerrogativas dos bispos americanos e de não atingir a sensibilidade das igrejas locais eram destinadas a prevalecer respeito à vontade de remover definitivamente, com uma intervenção decidida e imposta pelo centro, os obstáculos interpostos pelas jurisdições particulares, especialmente no Brasil, a assistência religiosa dos emigrantes italianos (Sanfilippo, 2009).

A esse respeito bastaria levar a proposta sugerida pelo mons. Scalabrini de dirigir-se “aos Bispos do Brasil, ordenando a eles de separar os territórios habitados pelos colonos italianos da jurisdição paroquial, a fim de que os nossos sejam livres no exercício de seu sagrado Ministério”, no documento pontifício emanado em 10 de dezembro de 1888 tivesse sido recebida somente em parte ou, para melhor dizer, transformada em uma genérica e muito menos obrigatória exortação em consentir aos “jovens provenientes dos vossos Países, nascidos de pais italianos”, uma vez “fortificados pelo sacerdócio e retornados lá”, de exercitar “as funções do ministério apostólico” entre as comunidades de imigrantes italianos (Giovanni Simeoni, 1888, in AGS / BA 01-14-04).

A carta apostólica *Quam aerumnosa* era destinada, de qualquer modo, a sinalizar o início de uma estação de crescente empenho do pontificado leonino para o lado da cúria pastoral e da assistência religiosa da emigração italiana no exterior. Coloca-se nessa fase, por exemplo, a instituição, da parte de Leão XIII, de quatro novas delegações apostólicas, entre as quais aquela dos Estados Unidos (1893), além da construção de 65 vigariatos apostólicos, 35 prefeituras apostólicas, 34 arquidioceses e 79 dioceses em áreas de missões e nos territórios onde era mais difundida a presença de imigrantes (Fogarty, 1982; Di Giovanni, 1994, p. 47-68; Henkel, 1990; Sanfilippo, 2003).

Mais em geral, são diversas as providências emanadas nesse mesmo período pela Santa Sé em matéria de assistência religiosa aos imigrantes (Sagrada Congregação de Propaganda Fide, 1897-1898, p. 256; Sagrada Congregação de Propaganda Fide, 1898-1899, p. 320). Entre esses, merece ser sinalizada, pela relevância das disposições nessa contidas e o amplo eco provocado na Itália e fora, a carta circular enviada pelo secretário

de Estado de Leão XIII, o card. Mariano Rampolla do Tindaro, aos bispos da península sobre as dramáticas condições morais e espirituais nas quais se encontrava a temporária emigração italiana nos principais países da Europa:

É notável - escrevia o card. Rampolla - como a emigração temporária dos operários italianos por toda a Europa e principalmente na Suíça, França, Áustria e Alemanha, cresceu muito nesses últimos anos. São infelizmente igualmente notáveis os perigos de cada espécie a qual se encontram expostos os emigrantes, que, longe da família e das paróquias nativas; dispersos em país estrangeiro; misturados a outros operários, indiferentes, céticos, incrédulos e corruptos; sem um local sagrado que os reúna, sem sacramentos e sacerdotes, e sem uma palavra amiga, novos aos perigos e seduções de uma astuta e ativíssima propaganda protestante e socialista, esquecendo logo aquela pouca instrução religiosa, que possam ter recebido, abandonam as práticas piedosas, e terminam em uma desoladora indiferença e ainda com a perda total da fé e da moralidade. Assim, retornados a pátria, não raro fazem bomba de irreligião e de incredulidade, e aquilo que é pior, se tornam um a um, propagadores de máximas ímpias e subversivas. (*Secretaria Status, 1900-1901, p. 215*)

A frente de tal dramático estado das coisas, lembrava o card. Rampolla, sob direto impulso de Leão XXIII alguns bispos e eclesiásticos do Norte tinham se mobilizado para dar vida a iniciativas de assistência religiosa e moral aos emigrantes italianos:

Essa tristíssima condição de coisas não fugiu a solícita vigilância do S. Padre; o Qual, para mais recomeços, chamou sobre ela a atenção de alguns entre os Bispos da Alta Itália, onde a emigração temporária era habitualmente mais numerosa; e depois que eles indicavam os graves riscos que correm os emigrantes italianos, especialmente na Suíça, os exortava a se ocupar seriamente, indicando a necessidade e também os meios oportunos. [...] Os cuidados amorosos realizados por Sua Santidade não ficaram certamente sem efeito. Muitos Bispos, de fato, obedientes ao Santo Padre, se apressaram em mandar ao exterior, e particularmente para a Suíça, alguns zelosos Sacerdotes, com o cargo de assistir espiritualmente, moralmente e também materialmente, os numerosos emigrantes italianos. Alguns eclesiásticos italianos e forasteiros, de sua espontânea vontade e por iniciativa privada, com louvável zelo que estavelmente se consagram e quem periodicamente por alguns meses do ano, ou seja, durante o tempo dos trabalhos e da presença dos italianos no exterior, a mesma santa empreitada, levando para os centros da emigração a palavra de Deus e os Santos Sacramentos, para administrar aos operários lá reunidos. Em alguns consegui ainda fundar, entre os próprios operários italianos, sociedades e instituições católicas, com o escopo de abrir capelas e escolas, de prover sua melhora econômica e de impedir os matrimônios mistos. Não faltou ainda estabelecer-se na Alta Itália algum Comitê de almas generosas e beneficentes, diretamente para procurar os meios necessários para sustentar a Obra de assistência dos emigrantes e dar a eles uma forma estável e um maior desenvolvimento. Além disso, se constituíram recentemente Consórcios de párocos, com a intenção de levar ajuda aos próprios paroquianos emigrados na Suíça; seja com a distribuição de seus objetos religiosos, jornais, livros de piedade, folhetos de saudável e amena leitura, seja com a providência que fora da Itália não fiquem isolados, mas estejam unidos em grupo. (*Secretaria Status, 1900-1901, p. 215*)

E, todavia, mesmo sem negar a oportunidade e importância de tais louváveis iniciativas, a constante piora das condições de vida dos emigrantes italianos na Europa impunha outros e ainda mais incisivos esforços por parte da Igreja:

Crescendo, porém, cada dia mais os graves perigos em que se encontram os pobres emigrantes italianos, Sua Santidade a Quem nada está mais no coração que a saúde das almas e o bem-estar moral e material de tantos filhos seus, para muitos títulos a ele particularmente caros, deseja realmente que, em proporção dos ditos perigos, se multipliquem ainda da parte dos bons, os meios de preservação, de assistência e de proteção. Então é que o Sumo Pontífice, enquanto se satisfaz altamente de quanto foi operado até aqui louvavelmente em prol dos próprios emigrantes, incluída, todavia, a urgente necessidade de novas e prontas providências para tornar também mais eficaz o concurso de tantas boas vontades [...] e para obter novas cooperações. (*Actae Sanctae Sedis*, XXXIII, 1900-1901, p. 215)

As solicitações do secretário de Estado card. Rampolla ao episcopado italiano de encarregar-se das peculiares necessidades da emigração continental direta em direção as zonas industriais da Europa centro-setentrional, considerada um fenômeno de caráter temporário respeito à emigração permanente em direção ao continente americano, eram destinadas a encontrar uma significativa atenção e a fazer amadurecer uma maior sensibilidade a respeito do drama da emigração no seio dos ambientes eclesiásticos da península (Di Giovanni, 1989).

Poucas semanas antes, entre outras coisas, em maio do mesmo 1900, como já foi lembrado, mons. Geremia Bonomelli tinha instuído em Cremona a *Obra de assistência para os italianos emigrados na Europa e no Levante*, depois denominada mais brevemente *Opera Bonomelli*, cujo objetivo de promover iniciativas orgânicas e obras para a assistência material e religiosa dos emigrantes italianos na Europa e no Levante seguia plenamente as instâncias formuladas pela Santa Sé (Bellò, 1966, p. 5; Cannistraro, Rosoli, 1979).

Apesar disso, um balanço da também solícita e ampla iniciativa começada pela Santa Sé nos anos do pontificado de Leão XIII no sentido da assistência religiosa aos emigrados italianos não pode dar conta da falta de uma efetiva coordenação e do caráter pouco sistemático de grande parte das iniciativas começadas nesse período, como também, sobre outro sentido, das contrariedades e resistências registradas entre os fascículos do episcopado e do clero dos países hospedeiros (Auza, 1990; Auza, Favero, 1991).

Emblemático, mas longe de ser isolado, se revela, a esse respeito, o caso do Brasil, onde as dificuldades interpostas, ainda nos primeiros anos do Novecentos, por alguns bispos e por uma parte do clero local às disposições da Santa Sé em relação a assistência moral e religiosa dos imigrantes italianos, se somavam as criticidades e disfunções geradas pelo regime de patronado que havia caracterizado por longo período a estrutura eclesiástica brasileira e influenciado notavelmente os costumes e o trabalho do clero na cura das almas e a própria prática pastoral (Zagonel, 1975; Azzi, 1987).

Ainda nos primeiros anos do Novecentos, a correspondência entre o núncio apostólico no Brasil e a secretaria de Estado documenta a decidida hostilidade manifestada por tantos bispos e por uma parte consistente do clero indígena a respeito dos sacerdotes e religiosos italianos e da cúria pastoral dos imigrantes por esses exercitada em língua italiana:

A colônia italiana de S. Paulo, de mais de 200 mil almas - sublinhou a propósito Gianfausto Rosoli -, tinha somente uma paróquia italiana e não era prevista a criação de nenhuma outra por causa da oposição do arcebispo mons. Duarte Leopoldo Silva. O núncio [...] não compreendia as razões da hostilidade preconcebida em relação aos italianos, que encontrava grande consenso na cúria e no clero brasileiro. [...] Vinha referida também uma insustentável decisão pastoral, o arcebispo proibiu a instrução das crianças e a confissão em italiano. Estavam criando no populoso bairro italiano do Braz três novas paróquias. O bispo havia dito claramente que os párocos deviam ser brasileiros. Nem mesmo os religiosos italianos lhe agradavam, a menos que não fossem em posição subordinada, como assistentes dos párocos. (Rosoli, 1982, p. 230)

O problema, todavia, tinha raízes profundas e atingia não somente o Brasil, mas, seja também por razões diversas e não assimiláveis, a inteira realidade eclesiástica latino-americana:

A Igreja [Latino-Americana] - lembrou justamente Luigi Favero - sai do período colonial e das guerras civis com uma difícil e conflitante ligação com Roma (que não havia apoiado a independência da Espanha) e com uma estrutura organizativa ainda embrionária: poucas dioceses (12 no Brasil e 5 na Argentina) com vastíssimos territórios, frequentemente sem bispos ou com bispos muitos anciãos e com uma enorme carência de clero. O regime de patronado havia transformado o clero em funcionários do Estado, que de resto vigiava e intervia na construção de igrejas, monastérios e seminários e na gestão dos benefícios eclesiásticos. Os párocos recolhiam as taxas para a administração dos sacramentos, sobretudo do batismo e do matrimônio, aquilo que impedia de fato a muitos pobres de poder acessá-los. Escassez e papel burocrático do clero deixavam que de fato a religiosidade do povo se desenvolvesse quase autonomamente sobre as raízes da primeira inculturação cristã dada pelos missionários, através da repetição das fórmulas de fé e das noções elementares de catequeses, frequentemente condensadas em cantos e orações que representavam o único conteúdo doutrinário, mas com um vigoroso florescer de devoções, de peregrinações e de festas que animavam tanto as etapas da vida individual e comunitária quanto as atividades laborais. (Favero, 1989, p. 395)

Em vista de um quadro similar, não surpreende a atitude de fechamento e hostilidade manifestada por setores consistentes das igrejas latino-americanas a respeito da obra de assistência material e espiritual conduzida por sacerdotes e religiosos provenientes da península à emigração italiana:

È illuminante, a esse respeito - lembra ainda Luigi Favero -, o n. 768 do capítulo II dos Decretos Oficiais do Primeiro Concílio Plenário Latino-americano, convocado em Roma por Leão XIII em 1899, para aplicar o Vaticano I e continuar as evangelizações e reorganização das igrejas na

América do Sul. Enquanto no esquema preparatório se solicitam os fiéis e o clero a receber com caridade cristã os imigrantes, a defendê-los das trapaças e dos perigos, a constituir comitês para ajudá-los materialmente e moralmente, e colocar nas principais cidades e nos portos sacerdotes que falassem italiano e francês, nada disso tudo permanece na redação final, que ao invés acentua os perigos para a fé. (Favero, 1989, p. 395)

Como sublinhou, enfim, Matteo Sanfilippo com referência aos processos migratórios do tardio Oitocentos e ao papel exercitado pelas igrejas no continente americano e na velha Europa:

A tradicional suspeita relacionada aos italianos se manifesta com sempre maior facilidade e alguns bispos estadunidenses pedem a total e rápida assimilação daqueles imigrantes. Em consequência caem no vazio os convites da Propaganda Fide a chamar sacerdotes da Itália e a preocupar-se com a fé do imigrado, ao invés de que com a sua americanização. [...] No caso da América do Sul vários elementos confluem a tornar difícil a relação entre paróquias italianas e dioceses locais. [...] Na maior parte dos países europeus a conjuntura não é melhor. Na França e na Bélgica os bispos se preocupam pouco pelos imigrantes, tão mais dos poucos amados italianos. (Sanfilippo, 2009, p. 482)

Justamente tais dificuldades e resistências, as quais se somavam a indiferença e o escasso envolvimento de uma parte consistente do episcopado italiano a respeito do problema da emigração de massa, teriam impulsionado o sucessor de Leão XIII, o pontífice vêneto Pio X, a apostar em uma crescente centralização das funções e das competências em matéria e sobre a criação de uma pluralidade de organismos e de iniciativas práticas para a assistência espiritual e material dos emigrantes nos vários países.

A Igreja de Pio X (1903-1914) e o impulso centralizador e organizativo em favor da assistência a emigração italiana no exterior

Durante o pontificado de Pio X a questão da emigração italiana no exterior alcança um papel de importância primária para a Santa Sé e se coloca ao centro das preocupações e das iniciativas do novo papa (Rosoli, 1980, 1985, 1996). Originário de Riese, na província de Treviso, bispo de Mantova e depois, por longos anos, patriarca de Veneza (Romanato, 1987), papa Sarto colhe plenamente a gravidade e as dramáticas consequências do verdadeiro e próprio êxodo que se registra nas campanhas da península e que, entre o final do Oitocentos e o princípio do novo século, atinge níveis nunca mais iguais na história italiana (Bevilacqua, 2009).

Para avaliar as orientações de fundo e as escolhas feitas pela Santa Sé no sentido da assistência religiosa e material aos migrantes é necessário, todavia, recordar o mais geral empenho de Pio X a favor da modernização jurídico-institucional da Igreja e da verdadeira e própria reorganização sob bases centralistas e burocráticas da Cúria Romana, que acompanharam a racionalização das funções dos aparelhos eclesiais, a redução e a reordenação das dioceses, a renovação da formação do clero e o relançamento da iniciativa pastoral: um empenho destinado a resultar em “um substancial reforço da operatividade e da disciplina da Igreja” (Aubert, 1990; Romanato, 2014) numa

verdadeira e própria centralização e modernização dos aparelhos institucionais organizativos da própria Igreja, em grau de conferir novo lançamento a sua ação as suas iniciativas, seja no centro ou na periferia (Aubert, 1990; Romanato, 2014).

As intervenções de Pio X em matéria de assistência a emigração italiana no exterior assumem uma incontestável sistemática e relevância, sobretudo a partir do final da primeira década do século. “com a ansiedade propriamente religiosa”, como foi justamente lembrado, “se associavam instâncias mais especificamente organizativas ao escopo de mobilizar todas as estruturas eclesiais para fazer frente às exigências de um fenômeno já disseminado” (Rosoli, 1996, p. 562), que era aquele do êxodo em massa das campanhas italianas rumo a vários países industrializados da Europa e rumo ao continente americano.

Em janeiro de 1908, a esse propósito, papa Sarto recomendava pela primeira vez aos bispos da península a instituição de comitês diocesanos e paroquiais para a emigração, os quais deveriam se encarregar da tutela e da orientação daqueles que se preparavam para deixar a Itália (Pius P. X, 1909). Tal iniciativa, que na mente do pontífice vêneto deveria ter envolvido, ao lado do clero em cura das almas, também as associações do laicato católico, teria sido retomada e relançada alguns anos mais tarde, na carta enviada em 8 de setembro de 1911 pelo secretário de Estado Pio X, card. Raffaele Merry Del Val, ao episcopado italiano sobre a assistência religiosa e as obras de patronado a respeito dos emigrantes.

A carta do card. Merry Del Val citava os movimentos da crescente atenção que os pontífices haviam reservado ao problema “da emigração, seja permanente ou temporária, dos operários italianos no exterior” (*Secretaria Status, 1911*, p. 513) e das múltiplas e variadas iniciativas de tutela e de assistência espiritual e material aos emigrantes iniciadas pela Igreja no curso das duas décadas precedentes, sublinhando entre outros a obra louvável exercida nesse sentido pelas numerosas congregações religiosas masculinas e femininas da antiga e recente fundação que se interessavam pelos emigrantes italianos além-mar e louvando a recente decisão tomada por grande parte deles de aderir a federação *Italica Gens* (1909) (Rosoli, 1990), o soldalício de “caráter nacional e social” inspirado “daquele grande sentido de caridade cristã, por fora e acima de qualquer consideração política e religiosa, se efunde com igual amor sobre quantos da família humana que sofrem e precisam de ajuda” (*Italica Gens, 1910*, p. 7):

Um dos assuntos mais particularmente caros ao coração de Augusto Vigário de Jesus Cristo e objeto das suas mais piedosas providências - escrevia o secretário de Estado de Pio X - foi, por duas décadas, aquele da emigração, seja permanente ou temporária, dos operários italianos no exterior. Essa pontifícia solicitude, filha da visão dos múltiplos perigos de ordem religiosa, moral e social, as quais os mesmos estão expostos, foi traduzida pelos Sumos Pontífices Leão XIII de s.m. e Pio X felizmente reinante em atos de grandíssima importância prática. [...] Agora o Sumo Pontífice Pio X é orgulhoso dos resultados até aqui obtidos, graças aos quais se pode admirar difundida, por tantas e várias Obras de religião, de beneficência, de instrução, de cooperação e previdência a favor dos nossos emigrantes, uma bela florescência de caridade, religiosa e pátria a um tempo. Para o alcance desses confortáveis resultados contribuiu a maior parte das Congregações religiosas da Itália, representadas em vários países pela nossa imigração, muitas das quais se confederaram

recentemente por necessidade. Se não que, pressiona demais o Santo Padre a sorte dos emigrantes, porque Ele se tenha inteiramente pago daquilo e não se sinta, ao invés, estimulado pela altíssima Sua Missão a procurar cada modo para fornecer a tal organização, sempre novos aperfeiçoamentos, que transformem o lamentado mal, o qual ainda não acena a cessar, adequado remédio. (Venerosi, 1911, p. 297)

A frente da “bela floração de caridade, religiosa e pátria a um tempo” (Venerosi, 1911, p. 297) acima recordada, se fazia todavia necessário, dito pelo card. Merry Del Val, promover uma maior coordenação e uma capilar e funcional distribuição em âmbito diocesano e paroquial das obras de patronato e de assistência:

É de conhecimento da própria Santidade Sua - escrevia ainda o secretário de Estado de Pio X - que ao elemento emigrante, especialmente das cidades secundárias, cidades pequenas e das campanhas, não é ainda muito conhecida a importância das acenadas Obras, instituídas a seu favor; aliás frequentemente até ignora a existência delas. Ocorre, assim, que partem muitos nossos operários, sem pensar antes a colocar-se em relação com os centros das Obras citadas acima, as quais poderiam seguramente iluminá-los e oportunamente endereçá-los as tantas Missões e Secretariados, que correspondem com os ditos centros e se encontram nas mesmas regiões onde eles vão. Não existente aos emigrantes, por assim dizer, a primeira orientação, conseguida sempre com dificuldade, e frequentemente também impossível, depois ao mais especialista zelo católico alcançá-los na desafortunada estrada e salvá-los das armadilhas e dos males, os quais muito em breve acontecerão. E, a esse propósito é sabido por todos como, em algumas estações especialmente no exterior, pelas quais costumam passar com maior fluxo os operários italianos, e nas mais conhecidas cidades industriais, não falta nunca um bom número de desonestos especuladores, de propagandistas do socialismo e também de emissários do protestantismo que esperam a fácil presa em momento difícil, para oferecer a sedutora miragem de procurar aos emigrantes proteção, trabalho e alojamento; mas na realidade, com finalidade de desfrutar da boa fé e preciosas energias próprias de nossos trabalhadores ou de engrossar as filas do proselitismo sectário. O primeiro ceder a essas más artes - o qual confirma, infelizmente, quão previdente e operoso seja o espírito do mal - é o prelúdio triste daquelas culpas, com as quais aqueles pobres operários comprometerão mais tarde sua consciência e seu próprio bem-estar material: a apostasia, a subversividade e todas aquelas funestas desordens morais, que aqui é melhor calar. (*Secretaria Status*, 1911, p. 514)

Em particular, como sublinhava o secretário de Estado de Pio X, se fazia necessária “uma ação preventiva a favor dos emigrantes” (*Secretaria Status*, 1911, p. 515), a qual, confiada ao zelo pastoral dos bispos e dos párocos e tendo como âmbitos de referência as estruturas diocesanas e aquelas paroquiais, deveria ter se empenhado na constituição de uma vasta e eficiente rede de *Comitês para a emigração* em condições de fornecer informações e sustento e de enfrentar adequadamente os graves riscos aos quais eram expostos os agricultores e os operários que se preparavam para deixar a Itália e procurar sorte no exterior:

Tão grave mal invoca um remédio pronto e eficaz. O porquê a Mesma Santidade Sua veio na determinação de recomendar, por meu meio, a S.V. Ill.ma e R.ma, como obra altamente grata ao Senhor e ainda benemérita

da sociedade civil, antes de tudo uma ação *preventiva* a favor dos emigrantes. Ela deve promover-se na própria Itália, aliás, nas mesmas Paróquias, as quais respectivamente pertencem aqueles que estão por emigrar [...] Essa importantíssima sugestão de ordem geral poderá depois integrar-se com as seguintes providências especiais: I Ajudará a constituir em cada Diocese, onde ele ainda não funcione, um *Comitê para a emigração*; objetivo do qual será de agir como intermediário entre os Párcos, dos quais cuidados dependem os operários que temporariamente ou definitivamente expatriassem, e os Ofícios de informação para os emigrantes. II. O dito Comitê se constituirá por iniciativa e sob a presidência do Ordinário; e pelo mesmo Ordinário serão chamadas a fazer parte pessoas caridosas e influentes, seja do clero que do laicado, as quais deem confiança segura de querer consagrar ao nobre escopo as suas atividades. O Comitê acima mencionado terá sede na cidade episcopal, e poderá estabelecer Subcomitês em outros lugares, nas localidades especialmente onde se faça necessário exercer com maior prontidão e eficácia a obra saudável, assinalando a cada Subcomitê as Paróquias com as quais deve as necessidades corresponder. III. Onde o Bispo estime melhorias, poderá assumir e constituir em Comitê e Subcomitê para a emigração qualquer entre as mais experimentadas e ativas associações católicas vigorosas na sua Diocese. (*Secretaria Status*, 1911, p. 516)

Ao delinear as finalidades e as tarefas dos Comitês para a emigração que deveriam ter sido instituídas nas dioceses da península, o card. Merry Del Val previa uma espécie de pastoral integral para os imigrantes, cuja realização era confiada ao “zelo sacerdotal” (*Secretaria Status*, 1911, p. 513) e a “solicitude paterna” (*Secretaria Status*, 1911, p. 517) dos párcos, considerados para todos os efeitos - no espírito do Tridentino relançado com força pelo papa Sarto - os verdadeiros e próprios artífices e protagonistas da renovada ação de assistência e tutela da emigração italiana no exterior sustentada pela Santa Sé:

Tarefa fundamental do Comitê e dos Subcomitês para a emigração - se afirmava na carta da Secretaria de Estado - será de manter em relação: 1) com os mencionados Ofícios centrais de informação, para interessá-los em tempo os futuros destinos dos emigrantes que partirão da Diocese e estabelecer com eles que nunca se possa prever retornar àqueles profícuos; 2) com todos os Párcos da Diocese, para utilizar o seu zelo a favor dos próprios emigrantes. (*Secretaria Status*, 1911, p. 518)

Ao Párcos, que deveria ter assumido a função “de órgão intermediário entre o Comitê, o próprio Subcomitê, e os emigrantes” (*Secretaria Status*, 1911, p. 515), eram atribuídas uma série de funções fundamentais:

1) Se informará, o mais breve possível, das partidas que serão para verificar-se na sua paróquia e, sobre tal argumento, se procurará todos aqueles dados que possam prestar matéria a sugestões úteis; vale dizer: o número, a profissão, a qualidade dos emigrantes, a viagem que devem fazer, o destino que se estabelecem etc. Tudo isso se comunicará imediatamente ao Comitê, ou ao próprio Subcomitê, para que esses, a seu tempo, lhes administrem indicações práticas e oportunas recomendações a respeito. 2) Encontrando-se, para tal modo, em condição de bem endereçar e aconselhar aqueles que estão para emigrar, o Párcos cuidará de transmitir a eles as mesmas indicações e recomendações; os exortando a servir com confiança e os persuadindo dos graves perigos, aos quais

iriam encontrar, caso não quisessem trazer vantagem das acima citadas Obras de assistência, que existem a favor deles nos países onde irão. (*Secretaria Status*, 1911, p. 513)

E ainda, “se aproximando o dia da partida” (*Secretaria Status*, 1911. p. 517), o pároco deveria se encarregar - através de apropriadas instruções especiais e a celebração solene de ritos litúrgicos - de reforçar nos fiéis que se preparavam para deixar a comunidade de origem e emigrar para o exterior, a ligação com a fé dos padres e o sentimento de pertencimento a igreja local:

Os reunirá junto de si - escrevia o card. Merry Del Val -, os confortará no bem, os colocará em guarda contra as particulares armadilhas, providenciará a tranquilidade da própria consciência e, sobretudo, pensará de não deixar partir, sem que antes, em específica função religiosa e com devota solenidade, todos juntos a Sagrada Mensa para alimentar-se do Pão dos fortes. (*Secretaria Status*, 1911, p. 517)

O cuidado pastoral aos migrantes não deveria considerar-se exaurido com a partida desses últimos da Itália. Era tarefa dos párocos, de fato, manter contato com os paroquianos e com os grupos familiares transferidos ao exterior e não deixar faltar-lhes - seja até através de troca de cartas - a proximidade e o conselho:

Depois da partida dos emigrantes - recomendava o secretário de Estado de Pio X -, o Pároco não deve considerar toda exaurida a sua tarefa a esse respeito. A lembrança do afeto paterno e das santas palavras, com as quais o bom pastor consolou o seu comitê e a amargura de sua partida do país nativo e da família, ficará certamente caro e venerado em seu ânimo por algum tempo. Mas as preocupações e impressões da nova vida terminariam com o cancelar, se a obra e, a assim dizer, a mesma voz do próprio Pároco não se direcionasse de tanto em tanto e eles, em solo estrangeiro, benéfica e repreensiva ainda. Daqui a necessidade que o Pároco se tenha alguma correspondência com os seus filhos e se informe, no melhor modo que ele possa, da vida que eles levam e das condições em que se encontram, para providenciar à ocorrência com os meios dos quais o Comitê dispõe. (*Secretaria Status*, 1911, p. 518)

Os próprios párocos, enfim, deveriam ter se encarregado da delicada tarefa de favorecer a positiva reinserção na comunidade local dos emigrantes retornados a pátria e, eventualmente, onde fosse verificada a necessidade, de “reparar os danos que, por desventura, o afastamento da paróquia tivesse produzido em suas almas” (*Secretaria Status*, 1911, p. 518).

As instruções fornecidas na carta enviada em 8 de setembro de 1911 pelo card. Merry Del Val aos bispos italianos delineava uma pastoral dos migrantes que não se limitava a assegurar formas genéricas de assistência moral e espiritual, mas apostava em salvaguardar e a tornar sempre mais saldos e significativos - a despeito das distâncias e das tantas formas de dificuldade de adaptação que a emigração no exterior suportava - as ligações do migrante com a sua paróquia de origem. Ao “zelo sacerdotal” (*Secretaria Status*, 1911, p. 513) e a “solicitude paterna” (*Secretaria Status*, 1911, p. 514) do “bom Pároco” (*Secretaria Status*, 1911, p. 515), de fato, a Igreja de Pio X confiava a difícil e

ambiciosa tarefa de exercitar “uma ação preventiva” sobre quantos se preparavam para emigrar, visando radicar nas suas consciências o sentimento da fé dos padres e a ligação indissolúvel com a comunidade cristã na qual eram crescidos:

A esse respeito, impõe-se, com a evidência de primeira necessidade - concluía o secretário de Estado de Pio X - o ministério do bom Pároco; máximo cuidado do qual deve ser de criar os seus filhos espirituais, em espécie da nova geração e da classe operária, com a nutrição de uma instrução religiosa, verdadeiramente saudável na doutrina e compacta na prática. Melhor de qualquer outra guarnição que se possa excogitar, tal plantação, sinceramente e fortemente católica, salvará o povo que ele ama e lhes dará fundada esperança que os seus paroquianos, mesmo arrancados das histórias da vida longe do solo da pátria, conservarão, através das provas e dos perigos, ileso a fé, puro o costume e intemerato o nome italiano. (*Secretaria Status*, 1911, p. 516)

A distância de pouco menos de um ano, no quadro da grande reforma da Cúria romana aprovada com a constituição apostólica *Sapienti Consilio* (29 de junho de 1908), Pio X realizava aquela que pode ser considerada para todos os efeitos a providência mais importante de seu inteiro pontificado em matéria de emigração: a criação, com o motu próprio *De catholicorum in exteris regionibus emigratione* de 15 de agosto de 1912, de uma proposital *Seção para a Emigração* como competência sobre toda a Igreja dentro da Sagrada Congregação Consistorial (apud Sacra Congregatione Concistoriali novum Officium, seu *Sectionem ut aiunt, de spirituali emigrantium cura* constituimus) (Pius P. X, 1912, p. 526), da qual tinham sido notavelmente ampliadas as atribuições e competências (Pius P. X, 1909, p. 9)⁵.

A criação de um Ofício específico ou Seção especial para o cuidado espiritual dos migrantes, dentro da Sagrada Congregação Consistorial respondia indiscutivelmente a exigência de um maior saldo e eficaz coordenação central das iniciativas iniciadas no setor por parte da Santa Sé. Ela acolhia, por certos aspectos, uma instância avançada alguns anos antes de mons. Giovanni Battista Scalabrini, o qual, escrevendo a Pio X em julho de 1904 do Brasil, onde tinha ido visitar as colônias italianas, assim se expressou:

Agora a Igreja, que com a admirável Instituição de Propaganda Fide gasta tanto dinheiro e consome tantos padres para a difusão da fé entre os infiéis, não fará algo parecido para a conservação da fé entre os emigrantes. E falo dos emigrantes de todas as nações e de todas as regiões católicas: italianos, alemães, espanhóis, portugueses, canadenses etc. Uma congregação especial dedicada a esse problema, o maior do nosso século, conseguiria honrar a Santa Sé Apostólica, aproximaria os povos, como a tenra mãe, e produziria um bem imenso. [...] Uma congregação que se colocasse em relação com os Bispos, dos quais se separam e com aqueles junto os quais chegam os emigrantes católicos, e

⁵ Istituído pelo papa Sisto V com a constituição apostólica *Immensa Aeterni Dei* de 22 de janeiro de 1588 sob o título de Sagrada Congregação para a construção de Igrejas e as providências consistoriais, tal dicastério pontifício foi reordenado por Pio X com a constituição apostólica *Sapienti Consilio* de 29 de junho de 1908, que ampliou notavelmente as atribuições, assinalando entre outras coisas as competências relativas a construção das dioceses, a eleição dos bispos e a vigilância sobre o governos pelas dioceses, a administração, disciplina e ordenamento dos estudos dos seminários eclesiais. Para remarcar a verdadeira e própria centralidade que a Sagrada Congregação Consistorial revestia no quadro da reforma da Cúria romana de 1908, basta dizer que o papel de prefeito era atribuído ao próprio pontífice.

se não basta com os respectivos Governos; que estudasse em cada parte sua o árduo e complexo quesito da emigração, favorecendo a necessidade dos estudos antigos e modernos, e em nome do Santo Padre impusesse as providências do caso, seria uma benção para o mundo, e bastaria a tornar glorioso o Vosso Pontificado. (Scalabrini, 1904; agora reproduzida em Francesconi, 1973, p. 284).

A intensificação das iniciativas e obras de assistência tanto em ocasião das partidas, quanto nos locais de desembarque dos fluxos migratórios, e a verdadeira e própria centralização das políticas em sustentação da cúria pastoral aos migrantes constituíam, de qualquer modo, somente um aspecto, ainda que extremamente significativo, da mais complexiva estratégia perseguida pelo pontificado de Pio X no sentido da emigração. O outro aspecto, não menos relevante e estratégico, se referia ao recrutamento e a formação cultural e espiritual do clero destinado a animar a vida religiosa das comunidades de emigrantes italianos no exterior. No passado, de fato, “a preocupação da Igreja de fornecer sacerdotes em número e qualidade adequada para a difícil tarefa do apostolado entre os migrantes era contínua, mas na realidade havia dado resultados escassos” (Rosoli, 1980, p. 54). Daqui a escolha de concentrar todas as competências em matéria e de proceder para a criação de uma instituição formativa específica controlada pela Santa Sé (Pius P. X, 1914, p. 173), a qual, colocada nas diretas dependências da Sagrada Congregação Consistorial, além de suprir a verdadeira e própria carência de seminários eclesiásticos especializados para a cúria pastoral dos emigrados italianos no continente americano, era destinada a constituir uma espécie de laboratório para a preparação de um clero altamente especializado sob o perfil cultural e pastoral, em condições de fazer frente aos dramáticos desafios colocados pela emigração de massa (Perotti, 1970).

Nas semanas imediatamente sucessivas, a Sagrada Congregação Consistorial emanava duas medidas de notável importância, ambas assinadas pelo secretário, o card. Gaetano De Lai. A primeira era o decreto *De Sacerdotibus in certas quasdam regiones demigrantibus*, de 25 março de 1914, destinado aos bispos do continente americano em face de solicitar a direta responsabilidade das igrejas de destino no cuidado religioso dos emigrantes italianos. Colocando finalmente remédio em uma situação de grave incerteza, o decreto modificava radicalmente as disposições genéricas e pouco rigorosas sob o perfil disciplinar, introduzidas pelo III Concílio plenário de Baltimore em 1884 em matéria de mobilidade do clero, empenhado na cúria pastoral dos emigrados na América⁶, introduzindo normas mais severas e maiores controles. Em vista de tais medidas, de fato, a transferência de um sacerdote nos territórios americanos teria sido considerada regular somente no caso em que este tivesse obtido pelo próprio bispo as *Litterae discessoriales* de forma específica e recebido do bispo da diocese alguma função eclesiástica (Sacra Congregatio Consistorialis, 1914, p. 182-186).

De fundamental importância, como já se lembrou, era também outra medida emanada pela Sagrada Congregação Consistorial naquele mesmo período, ou seja, o decreto *De Collegio Sacerdotum pro Italis ad exteras regiones emigrantibus*, de 24 de

⁶ Cfr. Tit. II, cap. VII, § 2, in *Acta et Decreta Concilii Plenari Baltimorensis Tertii. A.D. MDCCCLXXXIV*, Praeside Ill.mo ac Rev.mo Jacobo Gibbons, Baltimore, Typis Joannis Murphy et sociorum, MDCCCLXXXVI, p. 34.

junho de 1914, com o qual vinha promulgado o *Regulamento geral do Pontifício Colégio para a Emigração Italiana* instituído por Pio X com o motu próprio *De Italis ad externa emigrantibus* de 13 de março de 1914.

O Colégio, como recitava o *Regulamento geral*, tinha “por objeto educar jovens sacerdotes do clero secular italiano no exercício do santo ministério em prol dos compatriotas emigrados no exterior” e, enquanto tal, dependia “diretamente da Sagrada Congregação Consistorial”, a qual cabia ditar as regras e supervisionar o andamento moral, científico e econômico” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 547).

Na direção do Colégio para a formação dos sacerdotes encarregados “ao cuidado espiritual dos italianos emigrados” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 548) era colocado “um sacerdote nominado diretamente pelo Sumo Pontífice com o nome de Reitor”, ao qual eram reconhecidas “todas as atribuições” dos “reitores dos seminários” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 547). No desenvolvimento de sua função, o Reitor teria sido auxiliado por uma deputação composta de quatro sacerdotes “escolhidos pelo Sumo Pontífice”, “duas para a disciplina e duas para a administração” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 548):

Eles - recitava ainda o *Regulamento geral* - se reunirão sob a presidência do Cardeal Secretário da S. Congregação Consistorial. [...] Estará ainda no Colégio um diretor espiritual, a escolher-se pelo Cardeal Secretário da Congregação Consistorial com o conselho dos deputados, ouvido o Card. Vigário e com a aprovação do Sumo Pontífice. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, p. 549)

E ainda:

Deverá escolher-se outro sacerdote pra ajudar o Reitor seja nas coisas disciplinares, como nas administrativas do Colégio. A sua nomeação será feita pelo Card. Secretário da S. Congregação Consistorial, sob proposta do Reitor, com o conselho dos deputados e ouvido o Cardeal Vigário. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 550)

As indicações contidas no *Regulamento geral* em mérito ao perfil moral e espiritual dos jovens sacerdotes admitidos no Colégio eram caracterizadas por uma clara consciência das complexas tarefas pastorais que esperavam o clero destinado a emigração italiana no exterior:

Sendo a finalidade do Instituto, preparar os jovens sacerdotes para assistência moral e religiosa dos italianos emigrados no exterior - se afirmava a respeito -, não poderão admitir-se no colégio se não aqueles sacerdotes que para os seus dotes morais e intelectuais, pela sua idade e constituição física, e pelas suas atitudes e inclinações deem séria confiança de conseguir a necessidade. [...] A permanência regular no Colégio deverá ser de dois anos. Poderá, porém, ser reduzida para um ano, dadas especiais necessidades de prover a alguma missão, e se o aluno aparecerá suficientemente formado. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 548)

De particular interesse, enfim, eram as missas diretivas realizadas pela Sagrada Congregação Consistorial em ordem ao *curriculum* formativo e ao ordenamento dos estudos que deveriam ter caracterizado as escolas internas do *Pontifício Colégio para a Emigração Italiana*. Notável, por exemplo, era a atenção reservada ao estudo das línguas estrangeiras - “inglês, francês, espanhol, português, alemão” - e ao aprofundamento “das legislações civis e das condições especiais dos países onde é mais ativa a emigração e onde serão endereçados os alunos” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 549).

Para aquilo que é inerente aos estudos mais propriamente teológicos e as ciências religiosas, o curso de preparação reservado aos alunos do Colégio previa o aprofundamento obrigatório de disciplinas como a apologética, a pastoral, a sagrada liturgia e o canto eclesiástico, mas sugeria também a introdução de “alguma escola especial, principalmente de direito canônico, onde tornar-se mais apropriados a missão para qual se preparam” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 550).

Na realidade, a frente do empenho e da solicitude manifestados pela Igreja de Pio X para a formação do clero destinado a assistência e a cúria pastoral dos migrantes, o Pontifício Colégio para a Emigração Italiana teria entrado realmente em funcionamento só em 1920 (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1921, p. 309). A explosão do primeiro conflito mundial, de fato, era destinado a colocar em crise não poucas das iniciativas começadas nesse sentido pela Santa Sé e a tornar, de fato, muito mais problemáticas as intervenções em sustento da emigração italiana no exterior. Sublinhava, em uma carta circular enviada aos bispos italianos em 6 de dezembro de 1914, o secretário da Sagrada Congregação Consistorial, o qual não deixava de detectar a acolhida muito morna suscitada, nas diversas dioceses da península, pela colheita das ofertas dos fiéis para a sustentação do Colégio:

A dor e as preocupações pelo tremendo flagelo da guerra presente, que como enorme calamidade pesa sobre tantas partes do mundo - escrevia o card. Gaetano De Lai -, não tiraram a atenção da Santa Sé das condições da emigração italiana, a qual melhora de ordem espiritual como aquela da assistência benéfica, havia já direcionado as suas paternas solitudes a s.m. de Pio X com várias providências, especialmente com o *Motu Proprio iam Pridem* com data de 19 de março do corr. ano. Com esse documento [...] o Sumo Pontífice [...] anunciava a fundação de um Colégio para a preparação dos sacerdotes que pretendiam dedicar-se a sua assistência, dispondo que as somas recolhidas mediante as habituais coletas feitas pelos Ordinários da Itália a favor dos emigrantes, fossem enviadas para a Seção especial instituída junto a S.C. Consistorial, para que as destinasse em vantagem desse Colégio e das instituições acima acenadas. Até agora, porém, devido certamente aos dolorosos acontecimentos que ocorreram nesses últimos tempos, as ofertas vindas ao Ofício da S.C. Consistorial estão bem longe de corresponder às esperanças colocadas na generosidade dos fiéis, conscientes da importância e gravidade dos problemas que se conectam com a emigração italiana. A qual, longe de diminuir, não poderá aumentar quando, se Deus quiser, terminará essa guerra, que fecha o êxodo das massas operárias e as saídas da Europa, e cessarão as crises econômicas, que sentem as duas Américas, onde vivem mais de quatro milhões de cidadãos italianos. Essas considerações

comoveram o coração do Santo Padre Bento XV, o qual, em conformidade com as disposições dadas pelas s.m. de Seu Antecessor a respeito da assistência aos emigrados, deseja ver o quanto antes aberto o Colégio dos sacerdotes aspirantes a seu cuidado (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1914, p. 699).

Da primeira guerra mundial a Constituição apostólica *Exsul Familia* (1952) de Pio XII: a Igreja mãe de todas as nações e de todos os povos de frente as novas dimensões mundiais dos processos migratórios

A estação inaugurada com a explosão da primeira guerra mundial era destinada a registrar mutações profundas no sentido dos processos migratórios. A forçada e quase total supressão dos fluxos de expatriação nos anos de do conflito, de fato, seguida de uma gradual recuperação, condicionada, todavia, das profundas transformações registradas no sentido econômico e no mercado de trabalho internacional. As leis restricionistas aprovadas em 1921 e em 1924 nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, as recorrentes crises produtivas e a acima referida saturação do mercado de trabalho existente nos tradicionais destinos da emigração italiana na América Latina - Argentina, Brasil etc. - eram destinadas, como é notável, a reduzir drasticamente a mobilidade transoceânica e a tornar prevalentes as destinações européias, antes entre todas a França, com “mais de um milhão e meio de expatriados diretos entre 1916 e 1942” (Favero, Tassello, 1978, p. 30-31), seguida pela Suíça, pela Grã Bretanha e o Benelux (Favero, Tassello, 1978; De Clementi, 2009; Corti, 2009).

O período entre as duas guerras, como lembrou Gianfausto Rosoli, “representa, também para a Igreja, um momento particularmente delicado por afirmar-se sobre o plano político de diversas formas de totalitarismo de direita e de esquerda e pelo conflito aberto que será sujeita a Igreja em diversas partes da Europa e da América Latina. Também no setor da emigração se verifica um momento de estagnação dos fluxos e também de crise de muitas instituições assistenciais” (Rosoli, 1980).

Ao particular incremento fato registrado pelos fluxos migratórios na Europa fazia confronto a sempre mais vasta e articulada iniciativa da *Opera de assistência para os italianos emigrados na Europa e no Levante*, no comando da qual, depois da morte de mons. Geremia Bonomelli (1914), entrou o bispo de Vicenza mons. Ferdinando Rodolfi (*L’Opera Bonomelli a Vicenza*, 1919; Zillo, 1959; Bordin, Zancan, 1997). Esse último, consciente das tradicionais dificuldades de mobilização das realidades diocesanas da península e da urgente necessidade de uma coordenação das forças operantes no âmbito da assistência religiosa à emigração temporária no velho continente, ao deixar em 1920 o cargo de presidente da *Opera Bonomelli* propunha a Santa Sé de instituir uma figura específica de eclesiástico, com dignidade episcopal, mas não encarregado por compromissos ligados com a condução pastoral de uma diocese, ao qual deveriam ser confiadas a direção e a coordenação de todas as atividades relativas a assistência religiosa dos emigrantes italianos na Europa e nos territórios extra-europeus.

Poucos meses mais tarde, em 23 de outubro de 1920, com uma notificação do secretário da Sagrada Congregação Consistorial era criado o ofício do *Prelado para a emigração italiana*, cuja competência não era limitada a Europa, mas se estendia a todos os países nos quais estavam presentes colônias de imigrados provenientes da península. Ao percorrer a gênese de tal medida, o card. Gaetano De Lai sublinhava o papel

fundamental exercido até aquele momento, no sentido da assistência moral e material a emigração italiana, pela *Opera Bonomelli* e pela federação *Italica Gens*, bem como as competentes observações e propostas, “a fim de melhorar [...] a assistência eclesiástica dos emigrados” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1920, p. 534), desenvolvidas pelo bispo de Vicenza mons. Ferdinando Rodolfi:

Existem na Itália algumas sociedades - lembrava o secretário da Sagrada Congregação Consistorial -, como a *Bonomelliana* e a *Italica gens*, compostas em grande parte por laicos, as quais com intelecto de amor e sentimento cristão, dedicam a sua obra a assistência aos italianos que emigram ou estão já emigrados no exterior. Embora essas sociedades tenham escopos prevalentemente civis, amam, todavia, enviar sacerdotes e religiosos; os destinam aos vários centros para a assistência dos emigrados, onde são encarregados de seus cuidados. Essas sociedades, admitindo sacerdotes como seus missionários cooperadores, sofreram desde o início a necessidade de entender-se com a autoridade eclesiástica, com finalidade de constituir a esses sacerdotes um superior do qual fossem canonicamente dependentes, e ao qual devessem deferir. Foi assim que na *Bonomelliana* se criava uma Consulta eclesiástica, sob o alto patronado primeiro do Arcebispo de Turim, depois daquele de Milão, Consulta que mais tarde foi reconhecida pela S. Sé, e ultimamente teve a frente o Bispo de Vicenza. Similarmente a Associação nacional para a proteção dos missionários ao instituir a *Italica gens* para o cuidado dos emigrantes transoceânicos, sentiu a necessidade de convocar os superiores das várias Ordens e Congregações, para que cooperassem em sua nova obra. No decorrer desse ano o Bispo de Vicenza tendo pedido e obtido a exoneração de seu ofício pelas gravíssimas ocupações de sua vasta diocese, que se tornaram maiores pelas tristes devastações daquele território após a última grande guerra, submeteu a S. Sé algumas considerações já discutidas com os moderadores da *Bonomelliana*, a fim de melhorar o quanto era possível a assistência eclesiástica aos emigrantes. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1920, p. 534)

Exatamente as justas considerações desenvolvidas pelo bispo de Vicenza, sublinhava ainda o card. Gaetano De Lai, teriam impulsionado a Santa Sé a tomar medidas imediatamente:

Examinada, portanto, com cada estudo e solícitude a coisa dos E.mi Padri da S[agrada] C[ongregação] Consistorial, aderindo ao voto por eles expresso, o S. Padre Bento XV estabeleceu quanto segue: 1) que um Prelado livre do governo de uma diocese dedicasse toda a sua atividade a escolha, cuidado e vigilância dos sacerdotes responsáveis pela assistência dos emigrantes italianos no exterior, salvos sempre os direitos dos Ordinários próprios dos ditos sacerdotes, e dos Ordinários do local onde os emigrantes se encontram; e que dessem ao mesmo facultades substancialmente idênticas àquelas que foram atribuídas ao Bispo de Vicenza [...]; 2) que a tarefa desse Prelado não fosse restrita somente aos sacerdotes e missionários nomeados pela *Bonomelliana*, mas a todos aqueles que fossem chamados de outras sociedades parecidas com mesmo ofício e que em algum modo prestassem assistência religiosa aos emigrados italianos. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1920, p. 534)

As competências atribuídas a nova figura de responsável eclesiástico instituídas com a notificação de 23 de outubro de 1920 eram, na realidade, muito mais amplas daquelas exercidas precedentemente pelo bispo de Vicenza e presidente da *Opera Bonomelli: o Prelado para a emigração italiana*, de fato, era também designado ao superior do Pontifício Colégio para a Emigração Italiana, criado por Pio X com o motu próprio *De Italis ad externa emigrantibus* de 13 de março de 1914 e mantido até aquele momento no papel devido a explosão do primeiro conflito mundial. A esse respeito, a medida emanada pela Sagrada Congregação Consistorial sublinhava que

sendo já próxima a constituição do Colégio de sacerdotes, estabelecido pela s.m. de Pio X frente a última guerra, para a preparação e melhor formação dos sacerdotes para se destinar a assistência dos emigrantes italianos, o dito Prelado estivesse junto ao Superior desse Colégio, e tivesse a direção e o governo sob a alta direção da S.C. Consistorial, onde assim tivesse sob controle com facilidade e pleno conhecimento o pessoal adequado para destinar em prol dos emigrantes e das sociedades de assistência segundo as necessidades. (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1920, p. 534)

Na parte final, a notificação da Sagrada Congregação Consistorial tornava conhecido ainda que, “para delicado e importante cargo” de *Prelado para a emigração italiana*, o pontífice Bento XV teria escolhido “o sacerdote Michele Cerrati, já Vigário do Bispo Castrense italiano”, e havia lhe atribuído a dignidade episcopal, “nomeando-o Bispo titular de Lidda” (*Sacra Congregatio Concistorialis*, 1920, p. 535). Ao Cerrati teria entrado, em 1925, mons. Rocco Beltrami, morto prematuramente em 1929 e substituído, a partir de 1931, por mons. Erminio Viganò, o qual teria conservado tal cargo até a morte ocorrida em 1949 (Tomasi, 1982; Borruso, 1994).

A figura do Prelado para a emigração italiana teria sido abolida após o reordenação operada na organização da assistência religiosa aos emigrados da constituição apostólica *Exul Familia*, promulgada pelo papa Pio XII em 1º de agosto de 1952. Mas na realidade, já a partir dos anos Trinta, tal figura havia sofrido certo redimensionamento, respeito ao papel e as competências exercidas originalmente, após o forçado fechamento do Pontifício Colégio para a Emigração Italiana, cujos cursos de formação para os sacerdotes a serem destinados as comunidades italianas no exterior haviam sido suspensos, em consequência da drástica queda das vocações e da paralela e sempre mais marcada contração dos fluxos migratórios da península (Perotti, 1970)⁷.

A partir da segunda metade dos anos Vinte e até a explosão da segunda guerra mundial se registrou uma série de tentativas, por parte do regime fascista, de exercer um controle direto sobre as organizações eclesiásticas e sobre as estruturas do laicato católico empenhadas na assistência dos migrantes. Além disso, após a infiltração de alguns elementos ligados ao Partido Nacional Fascista em seus órgãos de governo, em 1927 a Santa Sé se viu obrigada a desfazer o corpo dos missionários (Cannistraro, Rosoli, 1979). Em geral, a atitude da Igreja a respeito das reiteradas tentativas de instrumentalização e controle, por parte do regime fascista, com fins de penetração

⁷ No período no qual havia funcionado em pleno regime, verdadeiramente entre 1921 e 1933, o *Pontifício Colégio para a Emigração Italiana* havia formado 167 sacerdotes destinados a desenvolver o seu ministério pastoral nas comunidades italianas no exterior.

ideológica e propaganda política dentro das comunidades de emigrantes italianos no exterior foi, no complexo, de decidida rejeição e de clara contraposição. A esse respeito, Gianfausto Rosoli lembrou justamente o “forte empenho” da Sagrada Congregação Consistorial “em opor-se a instrumentalização do clero e a diminuição de sua autonomia jurídica e disciplinar” (Rosoli, 1996, p. 621), bem como as resistências interpostas às manobras dos funcionários de regime dos núncios vaticanos e da maior parte dos sacerdotes e religiosos operantes com as populações emigradas:

Podemos considerar que a falência ou a escassa incidência de tantas iniciativas fascistas no exterior - escreveu ainda Rosoli - [...] foram o resultado [...] do trabalho solidário e coerente dos missionários de emigração que tentaram defender o seu papel das ingerências, de tipo político, reagindo ao absolutismo e ao estadismo em um setor importante como aquele religioso. [...] O zelo religioso foi talvez a forma mais eficaz, a longa distância, de oposição, por nada neutra, ao fascismo, que se apresentava como aquele conjunto doutrinal e prático que estava em continuidade com a tradição jacobina do ressurgimento. [...] A luta, frequentemente desconhecida pelos missionários foi aquela de defender de poluições políticas aqueles conteúdos estritamente religiosos que davam significado ao seu empenho em um ministério tão difícil no exterior e exposto às incompreensões de tantos destinatários pelas suas ações, daqueles mesmo “distantes”, também pelas convicções políticas do regime, pela qual defesa os missionários se expunham as ameaças do fascismo. (Rosoli, 1996, p. 621)

Os anos da segunda guerra mundial eram destinados a registrar um verdadeiro e próprio salto de qualidade respeito a atitude mantida até aquele momento pela Santa Sé em relação aos fenômenos migratórios e aos problemas da assistência e da cúria pastoral aos migrantes. Coerentemente com a vasta e multiforme obra exercida nos anos do conflito a favor dos prisioneiros de guerra, dos exilados e dos refugiados de todos os países (Blet, Martini, Schneider, 1970-1981; Graham, 1984), a Igreja de Pio XII percebeu a exigência de conferir a própria ação, que até aquele momento estava concentrada sobre a emigração italiana, um horizonte autenticamente universal (Riccardi, 1988).

De tal nova configuração se encontra rastro já na mensagem de rádio para o Natal de 1945, na qual Pacelli, considerando os movimentos da dramática situação internacional produzida pelo conflito recém concluído, sublinhava o papel de mãe das nações e dos povos que a Igreja era chamada a exercer:

A Igreja - afirmava o pontífice - é mãe, *Sancta Mater Ecclesia*, uma verdadeira mãe, a mãe de todas as nações e de todos os povos, não menos que de todos os homens solitários, e precisamente porque mãe, não pertence nem pode pertencer exclusivamente a este ou a aquele povo, e também não a um povo mais e a outro menos, mas a todos igualmente. É mãe, portanto, não é nem pode ser estrangeira em algum lugar; ela vive, ou ao menos pela sua natureza deve viver, em todos os povos. [...] A Igreja é então supranacional [...] porque abraça com o mesmo amor todas as nações e todos os povos, ela é também tal, como já acenamos, porque em nenhum lugar é estrangeira. (Pius P. XII, 1946, p. 18-25)

Poucas semanas mais tarde, na alocução destinada aos novos cardeais em 20 de fevereiro de 1946, Pio XII voltava a reafirmar a necessidade e urgência que a Igreja, “mãe e educadora dos povos e nações” (Pius P. XII, 1946, p. 146), tomasse cuidado de todos aqueles que “a emigração” ou a condição de “prisioneiro de guerra” (Pius P. XII, 1946, p. 146) mantinha longe do país de origem:

O homem, qual Deus o quer e a Igreja o abraça - afirmava o pontífice -, não se sentirá nunca fixado no espaço e no tempo sem território estável e sem tradições. Aqui os fortes encontram a fonte de sua vitalidade ardente e fecunda, e os fracos, que são a maioria, habitam o seguro contra a covardia e a apatia, contra a decadência de sua dignidade humana. A longa experiência da Igreja como educadora dos povos confirma; ela por isso tem cuidado em colocar em contato e, em todos os modos a vida religiosa com os costumes da pátria e cuidado com particular solicitude com aqueles que a emigração e o serviço militar mantem longe do país nativo. O naufrágio de tantas almas dá tristemente razão a essa materna apreensão da Igreja e obriga a concluir que a estabilidade do território e a ligação às tradições ancestrais, indispensáveis para a saudável integridade do homem, são também elementos fundamentais da comunidade humana. Seria, porém, evidentemente uma mudança converter em seu contrário o benéfico efeito desse postulado, se algum quisesse servir para justificar o repatrio forçado e a negação do direito de asilo respeito àqueles que por graves razões desejam fixar sua residência em outro local. (Pius P. XII, 1946, p. 146)

E ainda:

A Igreja eleva o homem a perfeição de seu ser e de sua vitalidade para dar a sociedade humana homens formados assim: homens constituídos em sua inviolável integridade como imagem de Deus; homens orgulhosos de sua dignidade pessoal e de sua saudável liberdade; homens justamente ciumentos da paridade com os seus semelhantes em tudo aquilo que forma o fundo mais íntimo da dignidade humana; homens estavelmente ligados a sua terra e a sua tradição; homens; em uma palavra; caracterizados por esse quádruplo elemento, que confere a sociedade humana o seu sólido fundamento e procura segurança, igualdade, desenvolvimento normal no espaço e no tempo. Tal é então também o verdadeiro sentido e o influxo prático da supranacionalidade da igreja, que - longe de ser parecida com um Império - elevando-se acima de todas as diferenças, de todos os espaços e os tempos, incessantemente constrói sobre o fundamento inconcusso de cada sociedade humana (Pius P. XII, 1946, p. 146)

No rastro das aberturas em sentido universal e do renovado compromisso a favor dos refugiados e dos migrantes expressado nos anos do segundo pós-guerra pelo magistério pacelliano se colocava a fundação em Genebra, em 1951, pela Commission Internationale Catholique pour les Migrations - Cicm - a organização internacional reconhecida oficialmente pela Santa Sé - Comissão Católica Internacional para as Migrações, 1951 - e destinada a coordenar o trabalho e as iniciativas dos organismos eclesiásticos e dos patronados e soldalícios de caráter confessional a favor daqueles que eram obrigados a emigrar por exigências econômicas ou a abandonar o próprio país devido a guerra (Documentation de la Commission Internationale Catholique pour les Migrations, 1954).

Para selar a mudança inaugurada pelo pontificado de Pio XII, em 1º de agosto de 1952 era promulgada a constituição apostólica *Exsul Familia*, uma medida orgânica e de grande auxílio no cuidado pastoral dos migrantes, significativamente destinada as Igrejas universais e não somente àquela italiana (Pius XII, 1952, p. 649-704). Considerado com razão a *magna charta* da Igreja em matéria de emigração (Tessarolo, 1962), tal documento afrontava em maneira global e sistemática as mais relevantes problemáticas da assistência e do cuidado pastoral dos migrantes e de todos aqueles que eram obrigados a viver longe da própria pátria (exilados, prisioneiros de guerra, refugiados etc.), recompondo em uma nova e eficaz síntese as diretivas emanadas até aquele momento pela Santa Sé sobre tal matéria:

No plano dos conteúdos - lembrou justamente Gianfausto Rosoli -, a *Exsul Familia* vinha para reconfirmar muitas das afirmações tradicionais da Igreja, acentuando os aspectos mais modernos: direito natural para emigrar, destinação universal dos bens da terra e orientação em relação a uma melhor distribuição das riquezas no mundo; se dava ao restricionismo um julgamento muito severo, quando ele resultava injustificado ou ditado pelo medo ou preconceito. Afirmava-se uma concessão mais universal da Igreja e sugeria-se como oportuna uma troca entre clero de diferentes partes do mundo. [...] No plano dos instrumentos pastorais, o documento pontifício recomendava a construção de paróquias nacionais e pessoais, onde elas se tornavam oportunas, com competências sobre os fiéis de uma determinada nacionalidade. Elas seriam confiadas aos sacerdotes da mesma língua ou nacionalidade adequadamente autorizados pela Congregação Consistorial. O papel deste dicastério parecia de capital importância para coordenar os esforços em nível internacional e em homogeneizar os instrumentos. (Rosoli, 1980, p. 58)

Destinada a exercer uma notável influência não somente sobre o plano operacional, mas também sobre aquele dos princípios inspiradores e das linhas estratégicas do 'novo curso' evidenciado pelo pontificado pacelliano ao trabalho da Igreja no sentido da emigração (Ferretto, 1962), a constituição apostólica *Exsul Familia* de 1952 sancionava, como já se lembrou, a abolição do cargo do Prelado para a emigração italiana, instituído com a notificação do secretário da Sagrada Congregação Consistorial de 23 de outubro de 1920. Em seu lugar, em sintonia com a abordagem supranacional e universalista assumida pela política vaticana, era criada a figura do Delegado para as Obras de Emigração da Santa Sé, cujas competências não eram mais limitadas somente a emigração italiana, mas se estendiam ao fiéis emigrados "de qualquer estirpe, língua e nação" (Caretta, 1957, p. 68).

Conclusões

A mudança imposta ao catolicismo contemporâneo pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) teria tornado possível, com distância de pouco mais de uma década pela *Exsul Familia* di Pio XII, outro e fundamental passo a frente nas estratégias e nas políticas da Igreja em matéria de emigração. Em 15 de agosto de 1969 o pontífice Paulo VI promulgava a carta apostólica *Pastoralis Migratorum Cura* (Paulus P. VI, 1969, p. 601), poucas semanas depois da instrução predisposta pela Sagrada Congregação para

os Bispos (*Sagrada Congregação Consistorial*, 1969, p. 614)⁸. Tais documentos aplicavam ao vasto e complexo cenário da cúria pastoral aos migrantes as orientações de fundo e as fundamentais aberturas eclesiais e pastorais originadas da reflexão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Com a *Pastoralis Migratorum Cura*, de fato, papa Montini apostava em realizar “as diretivas conciliares que previam a revisão das normas relativas ao cuidado pastoral para os migrantes” (De Paolis, 1985, p. XXXVII). A instrução *De Pastoralis Migratorum Cura* constituía, a esse propósito, o instrumento para a realização completa de uma revisão similar. Caracterizado “por uma clara abordagem ao fenômeno migratório, apresentado em sua globalidade e complexividade através de uma leitura rica de pontos sociológicos, morais e religiosos e de indicações pastorais”, o documento predisposto pela Sagrada Congregação para os Bispos oferecia uma perspectiva de amplo alívio. Nesse,

a assistência aos migrantes não é mais somente problema dos sacerdotes, mas de todo o povo de Deus, com papéis e responsabilidades específicas para cada seu componente. Os Ordinários locais têm a sua responsabilidade primária e única, mas não são deixados sozinhos; também as Conferências episcopais ocupam um vasto campo de responsabilidade. É prevista também uma ativa colaboração entre a Igreja de partida e a Igreja de chegada, seja mesmo com papéis diferentes. A figura do missionário é descrita com cuidado: é solicitada a preparação, são garantidos os seus direitos e oferecidos os meios para executar a sua tarefa. Sobretudo é superada a noção de migrante na qual entravam somente os pais migrantes e seus filhos. O cuidado específico dos migrantes [...] não tem limites de tempo e de geração. (De Paolis, 1985, p. XXXVII)

Também no sentido mais especificamente italiano, o empenho da Igreja em matéria de assistência e cuidado pastoral dos migrantes fazia registrar, nos anos do segundo pós-guerra, um significativo desenvolvimento. Em junho de 1946 surgiu o Comitê Católico Nacional para a Emigração - CCNE -, transformado depois, em 1952, em Junta Católica Italiana para a Emigração, com função de coordenação das numerosas organizações confessionais operantes no setor.

Em 3 de fevereiro de 1953 foi instituída a Direção Nacional das Obras de Emigração para a Itália, entre cujas finalidades havia aquela de coordenar as redes dos comitês diocesanos e das associações católicas para emigração, bem como de organizar a Jornada Nacional do Emigrante e fazer obra de propaganda e de sensibilização da opinião pública sobre os problemas da emigração.

Em 1965, a nova constituída Conferência Episcopal Italiana - CEI - dava vida a Comissão Episcopal Italiana para a Emigração, a qual era chamada a gerir, segundo o espírito das novas diretivas conciliares, a transferência das competências sobre a emigração italiana pela Santa Sé a mesma Conferência Episcopal Italiana. Naquela mesma onda vinha instituído, o órgão executivo da CEI, o Ofício Central para a Emigração

⁸ Como é notável, no quadro do reordenamento da Cúria romana operado por Paulo VI com a constituição apostólica *Regimini Ecclesiae universae* de 15 de agosto de 1967, a Sagrada Congregação Consistorial havia assumido a nova denominação de Sagrada Congregação para os Bispos e a ela haviam sido conferidas novas competências.

Italiana - Ucei -, destinado a exercer as funções desenvolvidas precedentemente pela Direção Nacional das Obras de Emigração para a Itália e pela Junta Católica Italiana para a Emigração (Ridolfi, 2009).

No outono de 1987, enfim, a Conferência Episcopal Italiana dava vida a Fundação Migrantes (Fondazione Migrantes, 2009), na qual confluíam o Ucei e as diversas organizações dedicadas a assistência e a cúria pastoral de emigrantes, imigrantes, migrantes internos, refugiados, exilados, rom e sinti, circenses, marítimos etc.

Uma mutação necessária, nesse meio tempo, o cenário nacional e internacional era radicalmente mudado e que, sobretudo no curso das últimas décadas, a Itália de país de emigração havia se transformado em país de imigração. Uma transformação épica e de grande impacto, que colocava - e coloca até hoje - à Igreja católica italiana, novos e dramáticos desafios no plano religioso e pastoral como aquele dos direitos humanos e da convivência civil.

Referências

AMOROSO, Francesco. *San Vincenzo Pallotti romano*. Roma: Postulazione Generale della Società dell'Apostolato Cattolico, 1962, p. 379-389.

AUBERT, Roger. *Pio X tra restaurazione e riforma*. In: GUERRIERO, Elio; ZAMBARBIERI, Annibale (éds.). *La Chiesa e la società industriale (1878-1922)*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 1990, p. 107-154.

AUZA, Nestor Tomas. La Iglesia y la evangelización de la inmigración. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires: Cemla, n. 14, 1990, p. 104-137.

AUZA, Nestor Tomas; FAVERO, Luis Valentin. *Iglesia e inmigración*. Buenos Aires: Cemla, 1991.

AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes*. I: a migração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Paulinas, 1987.

BACILIERI, Bartolomeo. *Per la fine del secolo XIX*: lettera pastorale di S. Ecc. Rev.ma Mons. Bartolomeo Bacilieri Vescovo di Verona. Verona: G. Marchiori Tip. Vescovile, 1900, p. 12-14.

BELLÒ, Carlo. *Geremia Bonomelli*. Brescia: Morcelliana, 1961.

BELLÒ, Carlo. I segretariati dell'opera di assistenza per gli emigrati italiani in Europa: dal 1908 al 1913. *Bollettino dell'Archivio per la storia del movimento sociale cattolico in Italia*, Milano: Vita e Pensiero, n. 1, 1971, p. 33-52.

BELLÒ, Carlo. La fondazione dell'Opera di assistenza degli operai emigrati in Europa e nel Levante (1900). *Bollettino dell'Archivio per la storia del movimento sociale cattolico in Italia*, Milano: Vita e Pensiero, n. 1, 1966, p. 5-25.

BELLÒ, Carlo. Scalabrini, Bonomelli e l'emigrazione italiana. *Studi Emigrazione*. Roma: Morcelliana, 1975, p. 3-46;

BEVILACQUA, Piero. *Società rurale e emigrazione*. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (éds.). *Storia dell'emigrazione italiana*: I. partenze, Roma: Donzelli, 2009, p. 95-112.

BLET, Pierre; MARTINI, Angelo; SCHNEIDER, Burkhardt (éds.). *Actes et documents du saint siége relatifs à la seconde guerre mondiale*, 11 v. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1970-1981.

- BORDIN, Livio; ZANCAN, Livio. *Il vescovo Ferdinando Rodolfi e l'Opera Bonomelli per gli italiani emigrati in Europa*. Vicenza: Peretti, 1997.
- BORRUSO, Paolo. *Missioni cattoliche ed emigrazione italiana in Europa (1922-1958)*. Roma: Istituto Storico Scalabriniano, 1994.
- BORZOMATI, Pietro. I Missionari di San Carlo dal 1887 alla morte di Scalabrini (1903). SCALABRINI TRA VECCHIO E NUOVO MONDO. ATTI DEL CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987, Piacenza. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 335-34.
- BREVI CENNI SULLA FONDAZIONE E SVILUPPO DELLA CONGREGAZIONE DELLE SUORE MISSIONARIE DI S. CARLO ANTERIORMENTE DENOMINATE ANCELLE DEGLI ORFANI E DEI DERELITTI ALL'ESTERO. In: AGS, 103/7.
- CANNISTRARO, Philip V.; ROSOLI Gianfausto (èds.). *Emigrazione, chiesa e fascismo: lo scioglimento dell'Opera Bonomelli (1922-1928)*. Roma: Studium, 1979.
- CARETTA, Antonio. *I missionari degli emigranti nella Costituzione apostolica Exsul Familia*. Roma: Giunta Cattolica Italiana per l'Emigrazione, 1957, p. 68-92.
- CIRCOLARE DEL 10 MARZO 1906. In: Archivio della Curia vescovile di Treviso, b. Circolari del vescovo Longhin.
- CIRCOLARE, ROMA 25 NOVEMBRE 1887. In: Archivio Storico di Propaganda Fide (ASPF), presso la Congregazione per l'Evangelizzazione dei Popoli (Città del Vaticano), Collegi d'Italia, Piacenza, f. 1390.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE (ed.). *Annuario statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925: con notizie sull'emigrazione negli anni 1869-1875*. Roma: Commissariato Generale dell'Emigrazione, 1926.
- COMMISSIONE CATTOLICA INTERNAZIONALE PER LE MIGRAZIONI. In civitate Genevensi anno 1951 condita: Lettera della Segreteria di Stato al signor James I. Norris, Presidente Provvisorio della Commissione Cattolica Internazionale per la Migrazione, Ginevra (Svizzera), *Le sono ben noti gli imperiosi motivi*, 12 aprile 1951, n. 226960/MSA.
- CONFESSORE, Ornella. L'Associazione nazionale per soccorrere i missionari cattolici italiani, tra spinte civilizzatrici e interesse migratorio (1887-1908). CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987. Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 519-536.
- DE CLEMENTI, Andreina. La grande emigrazione: dalle origini alla chiusura degli sbocchi americani. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (èds.). *Storia dell'emigrazione italiana: I. partenze*, Roma: Donzelli, 2009, p. 187-211.
- DE PAOLIS, V. Aspetti canonici del magistero della S. Sede sulla mobilità umana. In: Pontificia Commissione per la Pastorale delle Migrazioni e del Turismo (Vaticano). *Chiesa e mobilità umana: documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1985, p. XXXVII.
- DE ROSA, Gabriele. *Storia politica dell'azione cattolica in Italia: 1. L'Opera dei Congressi, 1874-1904*. Bari: Laterza, 1953.
- DI GIOVANNI, Stephen. The Apostolic Delegate in the United States and Immigration, 1892-1896. *U.S. Catholic Historian*, v. 12, 1994, p. 47-68;
- DOCUMENTATION DE LA COMMISSION INTERNATIONALE CATHOLIQUE POUR LES MIGRATIONS. Genève: ICMC, 1954.

- FAVERO, Luigi. *Gli Scalabriniani e gli emigrati italiani nel Sud America*. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987, Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 395-397.
- FAVERO, Luigi; TASSELLO, Graziano. Cent'anni di emigrazione italiana (1876-1976). In: ROSOLI, Gianfausto (ed.). *Un secolo di emigrazione italiana 1876-1976*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1978, p. 11-37.
- FERRETTO, Giuseppe. *A igreja e as migrações: a integração dos imigrados católicos segundo a Exsul Família e outros documentos pontifícios*. Lisboa: OCPM., 1962, p. 32-57.
- FOGARTY, Gerald P. *The Vatican and the American Hierarchy from 1870 to 1965*. Stuttgart: Hiersemann, 1982.
- FONDAZIONE MIGRANTES, *Ventennale della migrantes (1987-2007)*. Roma: Quaderni di Servizio Migranti, 2009.
- FRANCESCONI, Mario. *Inizi della Congregazione Scalabriniana (1886-1888)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1969.
- FRANCESCONI, Mario. *L'apostolo degli emigranti: Giovanni Battista Scalabrini vescovo di Piacenza e degli emigranti*. Roma: Città Nuova, 1985.
- FRANCESCONI, Mario. Un progetto di mons: Scalabrini per l'assistenza religiosa agli emigrati di tutte le nazionalità. *Studi Emigrazione*, Roma: Morcelliana, n. 25-26, 1972, p. 185-203.
- FRANZINA, Emilio. Dopo il '76. Una regione all'estero. In: LANARO, Silvio (éd.). *Storia d'Italia: le regioni dall'Unità a oggi*. Torino: Einaudi, 1984, p. 471-575.
- FRANZINA, Emilio. Emigrazione transoceanica e ricerca storica in Italia: gli ultimi dieci anni (1978-1988), *Altreitalie. Rivista internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo*, n. 1, 1989, p. 6-57.
- FRANZINA, Emilio. *La grande emigrazione: l'esodo dei rurali del Veneto durante il secolo XIX*. Venezia: Marsilio, 1975, p. 261.
- GAMBASIN, Angelo. *Il movimento sociale nell'Opera dei Congressi - 1874-1904: contributo per la storia del cattolicesimo sociale in Italia*. Roma: Università Gregoriana, 1958.
- GRAHAM, Robert Andrew. Alle origini degli Actes et documents du Saint-Siège. In: RICCARDI, Andrea (ed.). *Pio XII*. Roma-Bari: Laterza, 1984, p. 265-273.
- HENKEI, Willi. La Chiesa in America Latina. In: METZLER Josef (ed.). *Storia della chiesa - dalle missioni alle chiese locali (1846-1965)*. Milano: Paoline, 1990, p. 477-644.
- IRELAND, J. *Projet d'une oeuvre en faveur des emigrants italiens spécialement aux Etats Unis*, Rome 10 mars 1887. In: AGS / BA 01-02-01 c.
- ITALICA GENS. *Italica Gens*, Torino: Tip. P. Celanza e C., n.1, 1910, p. 7-9.
- L'OPERA BONOMELLI A VICENZA: 1914-1919*. Vicenza: Opera Bonomelli, 1919.
- LA SOCIETÀ ITALIANA DI FRONTE ALLE PRIME MIGRAZIONI DI MASSA. Il contributo di mons. Scalabrini e dei suoi primi collaboratori alla tutela degli emigranti. *Studi Emigrazione*, Roma: Morcelliana, n. 11-12, 1968, p. 201-203.
- LAZZARETTO ZANOLO, Alba. Parroci ed emigranti nel vicentino del primo Novecento. In: CESTARO, Antonio (ed.). *Studi di storia sociale e religiosa: scritti in onore di Gabriele De Rosa*. Napoli: Ferraro, 1980, p. 1089-1118;

LAZZARINI, Antonio. *Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900)*. Vicenza: Istituto per le ricerche di storia sociale e religiosa, 1981.

Leo P. XIII. *Epistola Venerabilibus Fratribus Archiepiscopis set Episcopis Americae*, Romae X Decembris MDCCCLXXXVIII. *Actae Sanctae Sedis*, XXI, 1888, p. 258-260.

LEO P. XIII. *Litterae ad Episcopum Placentinum [I.B. Scalabrini] de Instituto sacrorum virorum qui in Americam proficiscentes, opem s. ministerii ferant Italis illuc rerum necessitate compulsis*, Romae XXV Novembris MDCCCLXXXVII. *Actae Sanctae Sedis*, XX, 1887, p. 305.

LETTERA DI MONS. Domenico Jacobini a mons. Giovanni Battista Scalabrini, Roma 16 novembre 1887. In: AGS / BA 01-04-07.

LETTERA DI MONS. Giovanni Battista Scalabrini a S.S. Papa Pio X, S. Paulo (Brasile) 22 Luglio 1904. In: FRANCESCONI, Matteo (ed.). *Storia della Congregazione Scalabriniana. III: le prime missioni nel Brasile (1888-1905)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1973, p. 284-286.

LETTERA DI MONS. Giovanni Battista Scalabrini al card. Giovanni Simeoni, Piacenza 16 febbraio 1887. In: AGS / BA 01-02-04 a,b,c.

LETTERA DI MONS. Giovanni Battista Scalabrini al card. Giovanni Simeoni, Piacenza 7 dicembre 1888. In: AGS / BA 01-17-06.

LETTERA DI MONS. Giovanni Battista Scalabrini al card. Giovanni Simeoni, Piacenza 8 settembre 1888. In: AGS / BA 01-14-04; riprodotta in *ibidem*, p. 129-130.

LETTERA INVIATA DAL SEGRETARIO della Sacra Congregazione di Propaganda Fide mons. Domenico Jacobini a mons. Scalabrini il 6 luglio 1887. In: AGS / BA 01-03-10b.

MALGERI Francesco, *La tutela legislativa dell'emigrante e l'apporto dei cattolici. Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo*. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987, Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 262-263.

MARCORA, Carlo. *Carteggio Scalabrini Bonomelli (1868-1905)*. Roma: Studium, 1983.

MARTINI, Ettore. *Memorie sulla fondazione della Congregazione delle Suore Missionarie di San Carlo Borromeo - Scalabriniane*. In: AGS, 103/8.

ORIGINI E MOTIVAZIONI DELL'ASSOCIAZIONE NAZIONALE PER SOCCORRERE I MISSIONARI CATTOLICI ITALIANI: UNA INTERPRETAZIONE DELLA POLITICA ESTERA DEI CONCILIATORISTI NEL QUADRO DELL'ESPANSIONISMO CRISPINO. *Bollettino dell'Archivio per la Storia del Movimento Sociale Cattolico in Italia*, Milano: Vita e Pensiero, n. 2, 1976, p. 239-267.

Paulus P. VI. *Litterae Apostolicae motu proprio datae quibus novae normae de pastoralis migratorum cura statuuntur [Pastoralis Migratorum Cura]*, Romae, die XV mensis augusti, anno MCMLXIX. *Actae Apostolicae Sedis*, LXI, 1969, p. 601-603.

Pensieri proposti al S. Padre per rimediare ai disordini dell'emigrazione italiana: promemoria, Roma 9 novembre 1887. In: AGS / BA 01-04-06

PERBELLINI, Ezio. *Parroci e società rurale nel primo novecento*. In: SEM AUTOR *Vita religiosa e sociale a Verona dal periodo austriaco all'età liberale: le visite pastorali*. Verona: Centro Toniolo, 1983, p. 109-118.

PEROTTI, Antonio. *Il Pontificio Collegio per l'emigrazione italiana 1920-1970*. Roma: Pontificio Collegio per l'Emigrazione, 1970.

PIUS P. X. *Constitutio Apostolica De Romana Curia [Sapienti Consilio]*, Romae XXIX Junius MCMVIII. *Actae Apostolicae Sedis*, I, 1909, 1, p. 9-10.

- PIUS P. X. Motu Proprio *De catholicorum in exterarum regiones emigratio* [Cum omnes catholicos], Romae XV Augusti MCMXII. *Actae Apostolicae Sedis*, IV, 1912, p. 526-527.
- PIUS P. X. Motu Proprio *De Italis ad externa emigrantibus* [Iam pridem], Romae XIII Martii MCMXIV. *Actae Apostolicae Sedis*, VI, 1914, p. 173-176.
- PIUS P. XII. Allocutio adstantibus E. mis Rev. mis Patribus Cardinalibus recenter creatis, 2 febbraio 1946. *Actae Apostolicae Sedis*, XXXVIII, 1946, p. 146-148.
- PIUS P. XII. Constitutio Apostolica *De spirituali emigrantium cura* [Exsul Familia], Arce Gandulphi, apud Romam, anno Domini millesimo nongentesimo quinquagesimo secundo, die prima mensis Augusti. *Actae Apostolicae Sedis*, XXXIV, 1952, p. 649-704.
- PIUS P. XII. Sermo in pervigilio Nativitatis D.N. Iesu Christi, 24 dicembre 1945. *Actae Apostolicae Sedis*, XXXVIII, 1946, p. 18-25.
- PIZZORUSSO, Giovanni; SANFILIPPO, Matteo. Fonti vaticane per la storia della presenza italiana in Canada e negli Stati Uniti, 1815-1922. SEM AUTOR. *L'emigrazione italiana 1870-1970*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali - Direzione generale per gli archivi, 2002, v. 2, p. 1142-1153.
- PRATO, Giuseppe. *L'emigrazione temporanea italiana e l'opera di assistenza di Mons. Bonomelli*. Torino: Roux e Viarengo, 1901.
- PROMEMORIA "EX AUDIENTIA SS.MI". Roma 26 giugno 1887. In: AGS / BA 01-02-01c.
- RICCARDI, Andrea. La Chiesa di Pio XII, educatrice di uomini e di popoli tra certezze e crisi. In: *Chiesa e progetto educativo nell'Italia del secondo dopoguerra (1945-1958)*. Brescia: La Scuola, 1988, p. 9-36.
- RIDOLFI, Silvano. L'assistenza pastorale agli italiani nel dopoguerra. In: FONDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto italiani nel mondo 2009*. Roma: Centro Studi e Ricerche Idos, 2009, p. 205-224.
- ROBERTI, Giuseppe. *Mons. Geremia Bonomelli e l'opera di assistenza degli operai italiani emigrati in Europa e nel Levante*. Bassano: Tipo-Litografia Antonio Roberti, 1905.
- RODOLFI, Ferdinando. Sulle Emigrazioni: lettera pastorale. *Bollettino ecclesiastico della Diocesi di Vicenza*, Vicenza: Tip. Pontificia vesc. San Giuseppe, 1914, p. 193-196.
- ROMANATO, Gianpaolo (ed.). *Pio X: un papa e il suo tempo*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 1987.
- ROMANATO, Gianpaolo. *Pio X: alle origini del cattolicesimo contemporaneo*. Torino: Lindau, 2014.
- ROMANATO, Gianpaolo. *Pio X: la vita di papa Sarto*. Milano: Rusconi, 1992.
- ROSOLI, Gianfausto (Ed.), *Scalabrini tra vecchio e nuovo mondo*. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE. Atti ... Piacenza, 3-5 Dicembre 1987. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989.
- ROSOLI, Gianfausto, Chiesa ed emigrati italiani in Brasile: 1880-1940. *Studi Emigrazione*, Roma: Morcelliana, n. 66, 1982, p. 230-231.
- ROSOLI, Gianfausto, *Ordini e congregazioni religiose per l'emigrazione italiana*. In: *L'emigrazione italiana 1870-1970*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali - Direzione generale per gli archivi, 2002, p. 1351-1355.
- ROSOLI, Gianfausto. Chiesa ed emigrati italiani in Brasile: 1880-1940. *Studi Emigrazione*, n. 66, 1982, p. 225.
- ROSOLI, Gianfausto. I movimenti di migrazione e i cattolici. In: GUERRIERO Elio; ZAMBARBIERI Annibale (éds.). *Storia della Chiesa: XXXII/1*. La Chiesa e la società industriale (1878-1922). Milano: Paoline, 1990, p. 497-526.

ROSOLI, Gianfausto. Impegno missionario e assistenza religiosa agli emigranti nella visione e nell'opera di don Bosco e dei Salesiani. In: TRANIELLO Francesco (ed.). *Don Bosco nella storia della cultura popolare*. Torino: SEI, 1987, p. 289-329.

ROSOLI, Gianfausto. *Insieme oltre le frontiere: momenti e figure dell'azione della Chiesa tra gli emigrati italiani nei secoli XIX e XX*. Caltanissetta-Roma: Sciascia Salvatore, 1996, p. 119-125.

ROSOLI, Gianfausto. *Insieme oltre le frontiere: momenti e figure di storia della Chiesa tra gli emigrati italiani nei secoli XIX e XX*, Caltanissetta-Roma: Salvatore Sciascia, 1996.

ROSOLI, Gianfausto. L'Opera Bonomelli nei paesi europei. L'emigrazione italiana 1870-1970. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali - Direzione generale per gli archivi, 2002, p. 439-457.

ROSOLI, Gianfausto. La Chiesa di fronte al secolare fenomeno dell'emigrazione. In: ROSOLI, Gianfausto. *Per una pastorale dei migranti: contributi in occasione del 75° della morte di mons. Scalabrini Giovanni Battista*. Roma: Direzione Generale dei Missionari Scalabriniani, 1980, p. 47-73;

ROSOLI, Gianfausto. La Federazione Italica Gens e l'emigrazione italiana oltreoceano 1909-1920. *Il Veltro*, n. 1-2, 1990, p. 87-100.

ROSOLI, Gianfausto. Movimenti migratori e nuove forme di carità e di assistenza. In: GUASCO Maurilio; GUERRIERO Elio; TRANIELLO Francesco (éds.). *Storia della Chiesa: XXXIII. I cattolici nel mondo contemporaneo (1922-1958)*. Milano: Paoline, 1990, p. 454-471.

ROSOLI, Gianfausto. Un quadro globale della diaspora italiana nelle Americhe. *Altretalia. Rivista internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo*. Torino: Giovanni Agnelli, n. 8, 1992, p. 8-24.

SACRA CONGREGATIO CONCISTORIALIS [card. Gaetano De Lai], De Collegio Sacerdotum pro Italis ad exterarum regionem emigrantibus [Regolamento generale], Roma 24 giugno 1914. *Actae Apostolicae Sedis*, VI, 1914, p. 547-550.

SACRA CONGREGATIO CONCISTORIALIS [card. Gaetano De Lai], Decretum De Sacerdotibus in certas quosdam regiones demigrantibus [Ethnografica studia], Romae 25 Martii 1914. *Actae Apostolicae Sedis*, VI, 1914, p. 182-186.

SACRA CONGREGATIO CONCISTORIALIS [card. Gaetano De Lai], Litterae circulares ad R. mos Ordinarios Dioecesium Italiae, de spirituali emigrantium cura, Roma 6 dicembre 1914. *Actae Apostolicae Sedis*, VI, 1914, p. 699-701.

SACRA CONGREGATIO CONCISTORIALIS [card. Gaetano De Lai], Notificatio De Pontificio Collegio Sacerdotum pro Italis ad externa emigrantibus, Romae 26 Maii 1921. *Actae Apostolicae Sedis*, XIII, 1921, p. 309-311.

SACRA CONGREGATIO CONCISTORIALIS [card. Gaetano De Lai], Notificazione Circa la costituzione di un Prelato per l'emigrazione italiana, Roma 23 ottobre 1920. *Actae Apostolicae Sedis*, XII, 1920, p. 534-535.

SACRA CONGREGATIO PRO EPISCOPIS. Instructio de *pastorali migratorum cura*, Romae, die 22 augusti 1969. *Actae Apostolicae Sedis*, LXI, 1969, p. 614-643.

SACRA CONGREGATIONE DE PROPAGANDA FIDE, Litterae circulares ad Italiae Ordinarios ne promoveant ad sacros Ordines externos Clericos, absque litteris testimonialibus, Romae 2 Maii 1898. *Actae Apostolicae Sedis*, XXXI, 1898-1899, p. 320.

SACRA CONGREGATIONE DE PROPAGANDA FIDE. Litterae Delegati apostolici Statuum Foederatorum quoad dubia parochialitatis apud quasi paroecias erectas pro populo diversae linguae, Romae 26 Aprilis 1897. *Actae Apostolicae Sedis*, XXX, 1897-1898, p. 256.

- SANFILIPPO, Matteo (ed.). Fonti ecclesiastiche per la storia dell'immigrazione e dei gruppi etnici in Nord America: Stati Uniti (1893-1922). *Studi Emigrazione*, Roma: Morcelliana, n. 120, 1995.
- SANFILIPPO, Matteo. Chiesa, ordini religiosi ed emigrazione. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (éds.). *Storia dell'emigrazione italiana: I. partenze*. Roma: Donzelli, 2009, p. 128-129.
- SANFILIPPO, Matteo. *L'affermazione del cattolicesimo nel Nord America: élite, emigranti e Chiesa cattolica negli Stati Uniti e in Canada, 1750-1920*. Viterbo: Settecittà, 2003.
- SANFILIPPO, Matteo. La Chiesa cattolica. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (éds.). *Storia dell'emigrazione italiana: II. arrivi*. Roma: Donzelli, 2009, p. 484.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *L'emigrazione degli operai italiani*. OPERA DEI CONGRESSI E DEI COMITATI CATTOLICI IN ITALIA, 4, 1899, Ferrara. Venezia: Patriarcale già Cordella, 1899.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *L'emigrazione italiana in America: psservazioni di Giovanni Battista Scalabrini, Vescovo di Piacenza*. Piacenza: dell'Amico del Popolo, 1887.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *L'emigrazione italiana in America: osservazioni di Mgr. Giovanni Battista Scalabrini vescovo di Piacenza*. Piacenza: dell'Amico del Popolo, 1887, p. 50.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *Lettere Pastorali 1876-1905, edizione integrale a cura di Ottaviano Sartori*. Torino: Società Editrice Internazionale, 1994.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *Progetto di un'Associazione allo scopo di provvedere ai bisogni spirituali degli italiani emigrati nelle Americhe*. Piacenza 16 febbraio 1887. In: AGS / BA 01-02-04 a,b,c.
- SCALABRINI, Giovanni Battista. *Regolamento della Congregazione dei Missionari di San Carlo*, [19 settembre] 1888. In: AGS / DE 22-04-07 b.
- SCOPPOLA, Pietro. *Dal neoguelfismo alla democrazia cristiana*. Roma: Studium, 1979.
- SECRETARIA STATUS [card. Raffaele Merry Del Val], Epistola ad Italiae Ordinarios, de operariis ex Italia in exteris nationes migrantibus, Roma 8 settembre 1911. *Actae Sanctae Sedis*, III, 1911, p. 513-518.
- SECRETARIA STATUS [card. Raffaele Merry del Val], *Epistola agli Ecc.mi Arcivescovi e Vescovi d'Italia. Una iniziativa sommamente giovevole*, 25 Gennaio 1908. *Actae Sanctae Sedis*, I, 1909, p. 348-349.
- SECRETARIA STATUS [M. Card. Rampolla], Litterae circulares ad Archiepiscopos Italiae, ut emigrantium spiritualibus necessitatibus consulatur, Romae 19 Giugno 1900. *Actae Sanctae Sedis*, XXXIII, 1900-1901, p. 215-217.
- SIGNOR, Lice Maria. Il progetto pastorale di Scalabrini e la fondazione delle Suore Missionarie Scalabriniane. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987. Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 349-370.
- STIBILI, Edward C. The Italian St. Raphael Society for the protection of Italian immigrants in the United States. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987. Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 469-480.
- TASSELLO, Graziano (ed.). *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni: documenti magisteri ali ed ecumenici sulla pastorale della mobilità umana (1887-2000)*. Bologna: Dehoniane, 2001.
- TASSELLO, Graziano; FAVERO, Luigi (éds.). Pontificia Commissione per la Pastorale delle Migrazioni e del Turismo (Vaticano). *Chiesa e mobilità umana: documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1985.

- TERRAGNI, Giovanni. *Scalabrini e la Congregazione dei Missionari per gli Emigrati: aspetti istituzionali 1887-1905*. Napoli: Autorinediti, 2014, p. 195-201.
- TERRAGNI, Giovanni. Un progetto per l'assistenza agli emigrati cattolici di ogni nazionalità: memoriale di Giovanni Battista Scalabrini alla Santa Sede. In: PAROLIN, Gaetano; LOVATIN, Agostino (éds.). *L'ecclesiologia Di Scalabrini*, 11, 2005, Piacenza. Città del Vaticano: Urbaniana University Press, 2007, p. 641-659.
- TESSAROLO, Giulivo. *Exsul familia: the church's magna charta for migrants*. New York: St. Charles Seminary, 1962.
- TIT. II, CAP. VII, § 2. Acta et decreta concilii plenari baltimorensis tertii: A. D. MDCCCLXXXIV, Praeside Ill.mo ac Rev.mo Jacobo Gibbons. Baltimore: Joannis Murphy et sociorum, MDCCCLXXXVI, p. 34
- TOMASI, Silvano M. L'assistenza religiosa agli italiani in USA e il prelado per l'emigrazione italiana 1920-1949. *Studi Emigrazione*, Roma: Centro Studi Emigrazione, n. 66, 1982, p. 167-189.
- TRAMONTIN, Silvio. Il problema dell'emigrazione nella pastoralità dei vescovi veneti: dalla fine dell'Ottocento alla prima guerra mondiale. CONVEGNO STORICO INTERNAZIONALE, 12, 1987, Atti ... Roma: Centro Studi Emigrazione, 1989, p. 269-297.
- TRAMONTIN, Silvio. L'intransigentismo cattolico e l'Opera dei Congressi. In: MALGERI, Francesco (ed.). *Storia del movimento cattolico in Italia: I. I cattolici e lo stato liberale nell'Ottocento*. Roma: Il Poligono, 1980, p. 3-229.
- VENEROSI, Ranieri. La coscienza nazionale fra gli emigrati italiani. *Italica Gens*, n. 8-9, 1911, p. 297-300.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.
- ZILLO, Giovanni Battista. *Un condottiero d'anime: mons. Ferdinando Rodolfi, vescovo di Vicenza*. Vicenza: San Giuseppe, 1959, p. 222-240.

ROBERTO SANI è professore ordinario di Storia dell'Educazione presso il Dipartimento di Scienze della formazione, dei beni culturali e del turismo dell'Università degli Studi di Macerata, dove dirige il Centro di studi e documentazione sulla storia dell'Università. Ha fondato e dirige la rivista scientifica internazionale *History of Education & Children's Literature*. E' autore di diversi volumi e di numerosi saggi e articoli sulla storia dell'educazione e delle istituzioni scolastiche in epoca moderna e contemporanea e sulla politica scolastica italiana tra otto e novecento.

Indirizzo postale: Via Domenico Rossi, 24 - 62100 - Macerata - Italia.

E-mail: roberto.sani@unimc.it.

Recebido em 9 de outubro de 2016.

Aceito em 23 de novembro de 2016.